



CAIXA GESTÃO DE ATIVOS, SGOIC, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS
2021

www.caixagestaodeativos.pt



Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.

Sede Social: Av. João XXI, 63 - 1000-300 Lisboa - Capital Social € 9.300.000 - CRL de Lisboa e contribuinte 502 454 563



ÍNDICE

1.	ENQUADRAMENTO ECONÓMICO	3
2.	MERCADOS FINANCEIROS	6
3.	MERCADO IMOBILIÁRIO PORTUGUÊS	9
4.	PERSPETIVAS PARA 2022	9
5.	GESTÃO DE ATIVOS EM PORTUGAL.....	11
6.	ATIVIDADE DA CAIXA GESTÃO DE ATIVOS	13
7.	MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO.....	15
8.	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL	16
9.	PRINCIPAIS RISCOS	17
10.	EVENTOS SUBSEQUENTES	18
11.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	18
12.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS	20
13.	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	60



1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

No ano de 2021, a economia mundial registou uma recuperação expressiva, após a grave contração verificada no ano anterior resultante da pandemia de COVID-19. De facto, o Fundo Monetário Internacional (FMI) nas perspetivas publicadas em outubro de 2021, estimou que, depois da queda de 3,1% em 2020, o PIB real global tenha evidenciado um crescimento de 5,9% em 2021. Segundo esta perspetiva, o crescimento do agregado de países desenvolvidos (que deverá ter passado de -4,5% em 2020 para 5,2% em 2021) bem como o de emergentes (de -2,1% em 2020 para 6,4% em 2021) foi impulsionado pelo progresso na vacinação contra a COVID-19, pelo apoio das políticas macroeconómicas e pelo contínuo suporte de condições financeiras em níveis acomodaticios. Relativamente à evolução de preços, a inflação denotou uma aceleração considerável, advinda de vários fatores designadamente: (1) de efeitos base (comparação favorável com o ano anterior), (2) de disrupções na oferta mais intensas e persistentes do que o previsto, que pressionaram sobretudo em alta a componente de bens duradouros, (3) do desequilíbrio resultante de uma forte recuperação da procura conjugada com uma oferta condicionada e (4) de um forte aumento dos preços das matérias-primas, nomeadamente dos de energia.

	Indicadores Económicos					
	Valores em %					
	PIB real		Inflação		Taxa de desemprego	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Global	-3,1	5,9	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
EUA	-3,4	6,0	1,2	4,3	8,1	5,4
União Europeia ^(a)	-5,9	5,0	0,7	2,6	7,1	7,1
Área Euro	-6,4	5,0	0,3	2,4	7,9	7,9
Alemanha	-4,6	2,7	0,4	3,1	3,8	3,6
França	-7,9	6,5	0,5	1,9	8,0	8,0
Espanha	-10,8	4,6	-0,3	2,8	15,5	15,2
Itália	-8,9	6,2	-0,1	1,8	9,2	9,8
Reino Unido	-9,8	6,8	0,9	2,2	4,5	5,0
Japão	-4,6	2,4	0,0	-0,2	2,8	2,8
Rússia	-3,0	4,7	3,4	5,9	n.d.	n.d.
China	2,3	8,0	2,4	1,1	n.d.	n.d.
Índia	-7,3	9,5	6,2	5,6	n.d.	n.d.
Brasil	-4,1	5,2	3,2	7,7	n.d.	n.d.

Nota: (a) valores da União Europeia, Área Euro e respetivos Estados-Membros são retirados da Comissão Europeia; n.d. não disponível; os dados da inflação correspondem à taxa de variação média anual e os da taxa de desemprego à média anual.

Fonte: FMI, World Economic Outlook, outubro 2021; Comissão Europeia, European Economic Forecast, outono 2021.

Concretamente, as projeções de outubro da supramencionada instituição indicavam que a atividade económica dos EUA, após uma contração de 3,4% em 2020, terá crescido 6,0% em 2021. A retoma económica norte-americana impulsionada pelo progresso na vacinação contra a COVID-19, permitiu a reabertura gradual da atividade, e também pelo contínuo apoio da política fiscal que se prolongou a 2021, destacando-se a aprovação de um novo pacote de estímulos de 1,9 biliões de dólares, e da política monetária expansionista em curso. No que concerne ao mercado de trabalho, foi observada uma recuperação robusta, com a descida da taxa de desemprego de 6,7%, em dezembro de 2020, para 3,9%, em dezembro de 2021, e a criação líquida de 6,1 milhões de postos de trabalho para o mesmo período, de acordo com os dados oficiais do *Bureau of Labor Statistics*. Para o conjunto do ano, o FMI estimava



uma descida da taxa de desemprego média anual de 8,1% em 2020 para 5,4% em 2021. Por seu lado, as métricas de preços de referência denotaram um aumento assinalável, com a variação homóloga do índice de preços no consumidor (IPC) a ter subido de 1,4%, em dezembro de 2020, para 7,0%, em dezembro de 2021, o registo mais elevado desde junho de 1982, segundo o *Bureau of Labor Statistics*. De forma similar, o índice de preços *Personal Consumption Expenditures* (PCE), a métrica de referência para a Reserva Federal americana (Fed), acelerou de uma variação homóloga de 1,3%, em dezembro de 2020, para 5,7% em novembro (último dado disponível à data de elaboração do relatório), constituindo também a taxa mais elevada desde julho de 1982, de acordo com o *Bureau of Economic Analysis*. Para o agregado do ano, o FMI projetava uma inflação média de 4,3% em 2021. Perante este enquadramento, a *Federal Reserve* anunciou a redução do programa de compras de ativos a partir do mês de novembro e com data de término prevista para março de 2022.

Na Área Euro, as perspetivas de outono da Comissão Europeia apontavam para um crescimento do PIB real de 5,0% em 2021, após uma contração de 6,4% em 2020. A retoma, tal como nos EUA, foi impulsionada pelo progresso na vacinação para prevenção da COVID-19 que permitiu a diminuição das medidas de restritividade em meados do ano, apesar do aumento de casos no final de 2021 ter acarretado um novo incremento das mesmas. Em adição, o suporte da política fiscal, do qual se destaca o início dos desembolsos ao abrigo do programa “*Next Generation EU*”, e a política monetária acomodatória também foram relevantes para a recuperação económica da região. Relativamente ao mercado de trabalho, foi registada uma evolução favorável, com a taxa de desemprego a diminuir de 8,1%, em dezembro de 2020, para 7,2%, em novembro de 2021, de acordo com o *Eurostat*. Importa recordar que o mercado laboral europeu foi suportado por vários programas de retenção de emprego. As perspetivas da Comissão Europeia indicavam a manutenção a 7,9% em 2021.

Indicadores Económicos da União Europeia e Área Euro

Taxas de variação em %, exceto onde indicado

	União Europeia		Área Euro	
	2020	2021	2020	2021
PIB real	-5,9	5,0	-6,4	5,0
Consumo privado	-7,3	3,5	-7,9	3,2
Consumo público	1,3	3,4	1,3	3,6
Formação Bruta de Capital Fixo	-6,3	5,5	-7,0	5,2
Exportações	-8,5	9,7	-9,1	9,7
Importações	-8,3	8,6	-9,1	8,2
Inflação	0,7	2,6	0,3	2,4
Taxa de desemprego (em %)	7,1	7,1	7,9	7,9
Saldo orçamental (em % do PIB)	-6,9	-6,6	-7,2	-7,1

Fonte: Comissão Europeia, European Economic Forecast, outono 2021.

No que respeita à inflação, observou-se um aumento significativo, ao ter acelerado de uma variação homóloga de -0,3%, em dezembro de 2020, para 5,0%, em dezembro de 2021, o máximo da série, de acordo com a informação oficial do *Eurostat*. No caso europeu, importa salientar dois fatores específicos, que somam aos inicialmente citados para o aumento da inflação a nível global, que correspondem à atualização dos ponderadores do cabaz de compras e à reversão do corte do IVA na Alemanha o qual perdurou durante o segundo semestre de 2020. Este aumento também se encontrava refletido nas



perspetivas da Comissão Europeia. Neste enquadramento, o Banco Central Europeu (BCE) procedeu a ajustes na política monetária no decorrer do ano. Inicialmente, após um primeiro trimestre de crescimento económico negativo, decretou o aumento das aquisições ao abrigo do programa de compra de ativos para resposta à emergência pandémica (conhecido pela sigla em inglês PEPP) durante o segundo e terceiro trimestres. Posteriormente, com a melhoria do crescimento, para patamares considerados mais robustos, e com a subida da inflação para valores superiores ao esperado, o BCE anunciou a redução das aquisições sob o PEPP no quarto trimestre de 2021 e no primeiro trimestre de 2022 e formalizou o fim do referido esquema em março de 2022. Todavia, o programa de compras de ativos APP (*Asset Purchase Programme*) que se encontrava ao ritmo mensal de 20 mil milhões de euros, será aumentado para 40 mil milhões de euros por mês no segundo trimestre de 2022, descendo posteriormente para 30 mil milhões de euros por mês durante o terceiro trimestre de 2022 e para 20 mil milhões de euros por mês a partir de outubro de 2022, não havendo, para já, data de término.

Para a economia portuguesa, as perspetivas de outono da Comissão Europeia indicavam um crescimento económico de 4,5% em 2021, após uma recessão de 8,4% em 2020. Este comportamento refletiu o controlo da pandemia de COVID-19 e o progresso na vacinação, bem como o apoio da política orçamental. No que concerne ao mercado de trabalho, em que o impacto da crise foi amenizado pelas medidas de retenção de emprego, tais como o *layoff* simplificado, foi registado uma descida da taxa de desemprego de 7,3% no quarto trimestre de 2020 para 6,1% no terceiro trimestre de 2021, segundo o Instituto Nacional de Estatística. Para o conjunto do ano, a Comissão Europeia projetava uma descida de 6,9% em 2020 para 6,7% em 2021. No que se refere à inflação, esta evidenciou uma aceleração, embora menos pronunciada do que em outras economias avançadas, ao ter passado, de -0,3%, em dezembro de 2020, para 2,6%, em novembro de 2021, recorrendo à métrica harmonizada divulgada pelo *Eurostat*. A Comissão Europeia apontava para uma recuperação de -0,1%, em 2020, para 0,8%, em 2021.

Por último, de acordo com as projeções do FMI, as economias emergentes deverão ter registado uma taxa de variação do PIB real de 6,4% em 2021, após -2,1% em 2020. Neste bloco, importa realçar o crescimento

Indicadores da Economia Portuguesa

Taxas de variação homólogas em %, exceto onde indicado

	2019	2020	2021
PIB real	2,7	-8,4	4,5
Consumo privado	3,3	-7,1	4,6
Consumo público	2,1	0,4	4,5
Formação Bruta de Capital Fixo	5,4	-2,7	5,4
Exportações	4,1	-18,6	11,1
Importações	4,9	-12,1	10,9
Inflação	0,3	-0,1	0,8
Taxa de desemprego (em %)	6,5	6,9	6,7
Saldo orçamental (em % do PIB)	0,1	-5,8	-4,5
Dívida Pública (em % do PIB)	117	135	128

Fonte: Comissão Europeia, European Economic Forecast, outono 2021.

económico projetado para a China de 8,0% em 2021. Neste país, em que vigora uma política de COVID zero para o controlo da pandemia, a atividade económica foi também condicionada pelo abrandamento do setor imobiliário e por disrupções no fornecimento de energia. Ademais, verificou-se a subida de inflação



em vários países emergentes que acarretou o aumento das taxas diretas por parte dos bancos centrais, tais como o da Rússia, o do Brasil e o da República Checa, entre outros.

Por outro lado, o ano foi prolífero em eventos de índole política, com a China a captar as preocupações dos investidores perante a possível falência de vários promotores imobiliários, sinalizando a fragilidade deste setor e as possíveis implicações para outras vertentes da economia. Será ainda de destacar a emergência de maiores tensões no continente europeu derivadas (i) da crise energética, espoletada pelo aumento exponencial do preço de gás natural, (ii) do aumento da presença militar da Rússia na sua fronteira junto à Ucrânia, (iii) da manutenção da incerteza em torno do processo do “*Brexit*” e (iv) de divergências entre a UE e alguns Estados-membros, em particular com a Polónia. Neste último ponto, será de salientar a possibilidade de a Comissão Europeia utilizar o mecanismo da “condicionalidade”, que prevê a suspensão de transferências de fundos, inscritos no Programa de Recuperação e Resiliência, para os Estados-membros que não cumpram com os princípios políticos da união. Adicionalmente, 136 países chegaram a acordo sobre um enquadramento fiscal a nível global, que inclui a implementação de uma taxa de imposto corporativa mínima, a ser aplicada em 2023. Nos EUA, o presidente, *J. Biden*, promulgou o aumento do limite de endividamento do governo e foi aprovado um novo plano de infraestruturas. No domínio da política externa americana, um dos eventos de maior relevância foi o anúncio da suspensão das tarifas sobre o aço e o alumínio, impostas em 2018 sobre as importações oriundas da UE, tendo as autoridades deste bloco decidido remover as taxas sobre um conjunto de produtos americanos. Por último, no Japão, destacou-se a eleição de *F. Kishida* para primeiro-ministro e a posterior apresentação de um plano de estímulos sem precedentes para a economia nipónica.

2. MERCADOS FINANCEIROS

No ano de 2021, a conjuntura benigna alicerçada na referida retoma económica, no reforço de políticas macroeconómicas, com um cariz fortemente expansionista, e nos progressos da vacinação a nível global promoveu a propensão por ativos de risco superior, por parte dos investidores. Os avanços na vacinação foram particularmente relevantes para a mitigação dos efeitos negativos da pandemia na atividade económica, ao contribuírem para uma menor severidade da COVID-19, visível nas taxas de hospitalizações e de fatalidades em valores inferiores aos de picos anteriores, apesar do número de novos casos ter alcançado os níveis mais elevados desde o início da crise pandémica. A conjugação deste enquadramento com a melhoria do contexto fundamental, espelhada na divulgação de resultados empresariais substancialmente acima do esperado, proporcionou ganhos significativos nas classes de maior risco, em particular nas de ações, onde alguns índices de referência atingiram máximos históricos, e de matérias-primas. Em contraposição, a maioria dos ativos de rendimento fixo patenteou perdas decorrentes do contexto de subida das *yields*, principalmente os mercados de dívida pública, por sua vez considerados investimentos de refúgio.

No mercado **Monetário**, as taxas de referência de curto prazo dos EUA e da Área Euro evidenciaram uma descida para aplicações com maturidade de três meses, verificando-se, no entanto, tendências divergentes para os prazos remanescentes. Concretamente, a *Libor*, o indexante para operações em dólares, registou uma queda de 3 pontos base (p.b.), para 0,21%, no prazo de 3 meses, e subidas nos mais longos, de 8p.b., para 0,34%, no de 6 meses e de 24p.b., para 0,58%, no de 12 meses. Já a taxa *Euribor*, o indexante para aplicações em euros, observou maioritariamente uma tendência de redução, tendo descido 3p.b., para -0,57%, na maturidade de 3 meses, 2p.b., para -0,55%, na de 6 meses e permanecido a -0,50% na de 12 meses.

No que respeita ao mercado de **Obrigações de Dívida Pública**, os principais índices dos EUA e da Área Euro foram penalizados pelo contexto de forte subida de taxas de juro, tendo registado desempenhos negativos de 2,3% e de 3,5%, respetivamente. O comportamento das *yields* foi indissociável do incremento



das expectativas de inflação implícitas em mercado, suportadas pela manutenção das métricas de preços no consumidor e no produtor em registos relativamente elevados.

Nos EUA, o comportamento das taxas foi ainda influenciado pela perspetiva apresentada pelo presidente da Fed, *J. Powell*, de que as disrupções nas cadeias de abastecimento globais deverão manter-se por mais tempo do que o inicialmente esperado, a par com a implementação de uma política monetária com um viés mais restritivo, com o mercado a incorporar, inclusivamente, três aumentos de 25p.b. nas *Fed Funds* durante o ano de 2022, de acordo com a referida perspetiva apresentada. Neste enquadramento, a taxa de juro da maturidade a 10 anos subiu 53p.b., para 1,51%, enquanto a da maturidade a 2 anos variou +61p.b., para 0,73%. Na Área Euro, a tendência das *yields* foi similar às das congéneres americanas, contudo, nas maturidades mais curtas a trajetória foi mais modesta, possivelmente condicionada pela presidente do BCE, *C. Lagarde*, ter sinalizado a dissonância entre as expectativas dos agentes de mercado, que apontavam para a subida das taxas diretoras já em 2022, e as orientações futuras da autoridade monetária europeia. Concretamente, as *yields* germânicas a 10 anos subiram 38p.b., para -0,18%, e as de dois anos, 5p.b., para -0,70%. A evolução do agregado de governos da Área Euro foi ainda negativamente impactada pelo aumento dos prémios de risco dos Estados-membros, por sua vez condicionados pela perspetiva de redução do apoio gerado pelo programa de compra de ativos do BCE (*PEPP*).

Rendibilidades dos Mercados de Obrigações

	2020	2021
Obrigações do Tesouro		
EUA	8,0%	-2,3%
Área Euro	5,0%	-3,5%
Alemanha	3,0%	-2,7%
Itália	7,9%	-3,0%
Portugal	4,1%	-1,7%
Obrigações de Dívida Privada - Crédito		
<i>Investment Grade</i> em dólares	9,9%	-1,0%
<i>Investment Grade</i> em euros	2,8%	-1,0%
<i>High Yield</i> em dólares	7,1%	5,3%
<i>High Yield</i> em euros	2,3%	3,4%

Fonte: Caixa Gestão de Ativos

Os mercados de **Obrigações de Dívida Privada - Crédito** foram penalizados pelo efeito negativo da subida de taxas de juro, com os diferentes segmentos a apresentarem performances distintas. Os de melhor qualidade creditícia registaram perdas, apesar da relativa estabilidade dos prémios de risco tanto em euros como em dólares. Em oposição, os segmentos de menor qualidade creditícia obtiveram ganhos em ambas as moedas. Para esta dinâmica influenciou o estreitamento de *spreads* em vários setores, nomeadamente nos de energia, em particular de empresas petrolíferas que, por sua vez, beneficiaram das subidas do preço do petróleo, e de industriais. No caso deste último, terá sido crucial a perspetiva de implementação de programas de infraestruturas em vários países, em particular nos EUA e no Japão, bem como a maior reabertura da economia global. Relativamente aos volumes totais de novas emissões corporativas, tanto na Europa como nos EUA, observou-se um aumento face a 2020. Por fim, as principais agências de notação financeira consideraram o contexto fundamental da classe como benigno, patente em taxas de incumprimento relativamente diminutas.



No mercado de **Ações** foram observados ganhos na maioria dos mercados, promovidos pelo contexto fundamental positivo, visível na divulgação de resultados empresariais acima do esperado e pela divulgação de dados económicos favoráveis que espelharam a recuperação global verificada. Relativamente aos mercados de países desenvolvidos, os maiores ganhos ocorreram na Área Euro e nos EUA, com o principal índice deste último a atingir, inclusivamente, novos máximos históricos. Salientou-se também a evolução do mercado nipónico que beneficiou da eleição de *F. Kishida* como primeiro-ministro e da expectativa da implementação de novos estímulos económicos. Por seu turno, o agregado de emergentes patenteou ganhos mais modestos, condicionado pelas perdas em algumas geografias, como foi o caso do Brasil e da China. O mercado brasileiro foi influenciado pela instabilidade das políticas fiscais do país e pelo viés mais restritivo da política monetária, com o banco central a anunciar o maior aumento de taxas de referência desde 2002. Já o da China foi fortemente condicionado pela problemática em torno do setor imobiliário, que se traduziu na falência de alguns promotores. Ao nível setorial, num contexto de resultados favorável, a generalidade dos segmentos registou valorizações, evidenciando-se pela positiva os de energia, de tecnologia e de financeiras. No que concerne aos resultados empresariais, destacaram-se as surpresas positivas, tanto ao nível dos lucros como das vendas, com grande parte das empresas, contudo, a salientar a manutenção das disrupções ao nível das cadeias de abastecimento e o aumento dos preços de energia como os principais desafios no curto prazo.

Rendibilidades dos Mercados de Ações

	2020	2021
Global (em euros)	6,7%	27,5%
Desenvolvidos (em euros)	6,3%	31,1%
Emergentes (em euros)	8,5%	4,9%
EUA	18,4%	28,7%
Área Euro	-1,0%	22,2%
Itália	-3,3%	27,3%
França	-5,6%	31,1%
Espanha	-13,2%	10,3%
Portugal	-2,2%	18,0%
Reino Unido	-11,5%	18,4%
Japão	17,8%	6,3%

Fonte: Caixa Gestão de Ativos

Por fim, a classe de **Matérias-primas** encerrou o ano com ganhos, suportados pela apreciação de quase todos os componentes. Destacou-se a energia, por sua vez, beneficiada pela subida significativa dos preços do petróleo e do gás natural. Relativamente a este último, a cotação atingiu, inclusivamente, o valor mais elevado de vários anos, tendo sido impulsionada pela escassez da oferta e por disrupções nas cadeias de abastecimento. Por seu turno, as cotações do petróleo foram suportadas pela redução dos inventários nos EUA e pelas perspetivas de recuperação da procura, com o preço da matéria-prima para entrega na América do Norte a subir mais de 50% em 2021. Já os metais industriais encerraram também o período numa tônica positiva, influenciados pelo aumento da procura, a par com a manutenção de estrangulamentos na oferta, das quais se salientou a redução de exportações de vários metais por parte da China e a menor produção na Europa. Por sua vez, no segmento da agricultura, para a respetiva evolução positiva terá sido crucial o aumento das importações de diversos países. Finalmente, os metais preciosos evidenciaram performances negativas, penalizados pelo contexto de subida das taxas de juro, com as quais tipicamente apresentam uma relação inversa.

**Rendibilidades dos Mercados de Matérias-primas (em dólares)**

	2020	2021
Global	-3,1%	27,1%
Energia	-42,7%	52,1%
Metais industriais	16,3%	30,3%
Metais preciosos	25,6%	-6,1%
Agricultura	16,5%	26,7%

Fonte: Caixa Gestão de Ativos

3. MERCADO IMOBILIÁRIO PORTUGUÊS

O atual enquadramento macroeconómico e o ambiente de reduzidas taxas de juro favoreceram a procura por investimentos alternativos, nomeadamente, mas sem limitar, a procura pela classe de ativos imobiliários. As expetativas crescentes inflacionistas subjacentes nos mercados financeiros fomentaram um possível comportamento positivo futuro dos ativos imobiliários dadas as características inerentes a estes mesmos ativos.

Em termos segmentais, o investimento no segmento de Escritórios apresentou uma recuperação ao longo do ano, apesar de ainda se encontrar em níveis inferiores aos do ano de 2020. No que concerne ao arrendamento e do ponto de vista geográfico, a zona do Parque das Nações foi a zona que apresentou maior volume da área contratada, sendo que em termos setoriais se destacaram pela positiva a Tecnologia, os Media e as Telecomunicações. Acresce que ao longo do ano, os preços das rendas por m² apresentaram uma variação positiva em todas as zonas da cidade de Lisboa.

No setor da Logística o volume total de absorção apresentou um nível máximo histórico, impulsionado pelas alterações comportamentais derivadas da pandemia COVID-19, designadamente o crescimento abrupto do comércio *online*. Os operadores de logística continuaram a enfrentar um desafio na procura de espaços de qualidade, que escasseiam, e no investimento tecnológico que lhes permita concretizarem as suas entregas com o maior nível de eficiência possível. Consequentemente é já visível uma pressão nos valores de renda de mercado nas zonas periféricas às cidades principais, sendo esperado que esta trajetória de preços se continue a verificar enquanto não surgir em mercado nova oferta com elevados padrões de qualidade.

O ano transato representou também um ano de recuperação para os setores mais afetados pelo ambiente pandémico, nomeadamente o setor do Retalho e da Hotelaria que apresentaram em 2021 um comportamento positivo versus o ano anterior.

A expetativa de controlo da pandemia em 2022, conjugada com as expetativas otimistas macroeconómicas e as tendências inflacionistas implícitas no mercado suportam um provável comportamento positivo do mercado imobiliário no médio prazo.

4. PERSPETIVAS PARA 2022

No início de 2021, a deterioração da situação pandémica, decorrente do aumento acentuado de novos casos de COVID-19, e a implementação de medidas de distanciamento social causaram incerteza sobre a manutenção da tendência de recuperação económica, encetada no ano precedente. Em 2022, apesar de a pandemia continuar a ser reconhecida como um risco latente, o recente aumento significativo de novos casos, perante a menor taxa de letalidade, tem exercido uma pressão relativamente mais moderada na atividade, quando comparada com as vagas anteriores. Ao longo dos últimos dois anos, os agentes económicos aprenderam a conviver com a realidade decorrente do vírus, ajustando as formas de trabalho,



de mobilidade, de socialização e de consumo. De facto, partindo do princípio que as novas variantes do vírus evidenciam um padrão de letalidade semelhante às mais recentes, será possível que a COVID-19 seja cada vez mais considerada como uma endemia, em especial perante o surgimento de novas terapêuticas, que se esperam que venham a ocorrer durante este ano.

A extrema rapidez com que os processos de vacinação foram implementados permitiu que a reabertura das economias e a conseqüente retoma da atividade ocorressem de forma relativamente célere. A recuperação da atividade, devido às suas características, gerou disrupções significativas não só nas cadeias de abastecimentos globais como também em alguns segmentos do mercado de trabalho, que resultaram na aceleração da inflação, para os valores mais elevados em várias décadas. Os patamares das métricas de preços atingidos, devido à sua gênese, foram caracterizados como sendo transitórios, com a discussão sobre a respetiva persistência a transformar-se numa das temáticas mais relevantes no debate sobre o processo de retirada dos estímulos monetários introduzidos para amenizar os impactos da COVID-19. Neste âmbito, o ano de 2022 provavelmente será reconhecido como o primeiro desde a Grande Crise Financeira, de 2008/2009, em que se assistirá, globalmente, a uma redução concertada do apoio gerado pelas políticas monetárias. No caso específico da Reserva Federal americana, apesar de estar mais adiantada no processo de calibragem monetária, ao ter já iniciado em 2021 a redução das compras de ativos, devendo provavelmente encetar as subidas de taxas diretoras na primeira metade de 2022, a política poderá continuar a ser avaliada como relativamente acomodatória, expressa em taxas reais negativas. No que se refere ao BCE, de acordo com o já anunciado, irá proceder a redução dos montantes de ativos adquiridos mensalmente, e possivelmente só iniciará o aumento das taxas diretoras em 2023.

A alteração do enviesamento dos bancos centrais será contemporânea com a transição de uma fase de recuperação, caracterizada por níveis de crescimento elevados, para uma de valores mais moderados, embora permanecendo acima dos observados nos últimos anos. A nível global, a evolução da atividade deverá acontecer num contexto de alguma restritividade e de permanência dos desequilíbrios entre a procura e a oferta, embora os mesmos se devam desvanecer no decorrer do ano. O consumo será suportado pelo efeito de riqueza advindo dos mercados de capitais e pela recuperação do emprego. Adicionalmente, o investimento poderá beneficiar das condições macroeconómicas favoráveis e da necessidade de aceleração da produção para responder à procura e para o reequilíbrio de inventários. Em específico nos EUA, apesar do impulso fiscal negativo esperado em 2022, o plano de infraestruturas deverá constituir também um fator positivo para a continuação de retoma americana. Já na Europa e no Japão espera-se que a recuperação seja igualmente sólida e alicerçada no setor privado, com ambas as economias a apresentarem uma estrutura mais cíclica e exportadora e, assim, a beneficiarem também da melhoria do comércio internacional. Por sua vez, é esperado que a China registe um abrandamento para um ritmo aproximado ao seu potencial, com o efeito negativo de medidas restritivas em setores concretos a ser contrabalançado com políticas monetárias direcionadas para outras vertentes da economia. Já no bloco emergente, o cenário prospetivado incorpora contextos distintos. Os países asiáticos, cujas autoridades monetárias não têm sido forçadas a remover estímulos de forma significativa como noutras geografias, em função da inflação, poderão beneficiar do seu elevado grau de abertura, da integração nas cadeias de valor e, deste modo, com a retoma global. No espectro oposto, os países da América Latina, em particular o Brasil, deverão demonstrar baixos registos de PIB real, por contraste a valores de inflação relativamente elevados, com as autoridades fiscais e monetárias a intervirem para conter subidas mais significativas dos preços e, conseqüentemente, a depreciação das suas moedas e a saída de capitais.

No que respeita às principais classes de ativos, o ano de 2022 iniciou-se com níveis de valorização absoluta considerados como elevados. Contudo, tendo em conta um cenário base de crescimento real acima do ritmo potencial e de inflação em patamares superiores aos verificados na última expansão, as que detêm um cariz pró-cíclico e de rendimento variável são as melhor posicionadas para beneficiarem do enquadramento prospetivado. Neste âmbito, destacam-se as ações, em que o enquadramento fundamental de continuação do crescimento das receitas e dos lucros poderá suportar não só rendibilidades positivas na classe mas também melhores performances face aos ativos de rendimento fixo, apesar dos retornos significativos obtidos em 2020 e 2021 e dos múltiplos relativamente elevados atingidos. Em paralelo, poderão beneficiar de um ambiente de inflação mais elevada pois, perante uma procura robusta, as empresas terão capacidade de refletir nos preços dos bens e serviços finais o aumento



de custos intermédios. Embora tendo presente a unicidade do contexto atual, a experiência de ciclos passados demonstra que só em regimes de fraco crescimento real, de inflação substancialmente acima dos valores presentes, ou seja de estagflação, e de taxas de juro de mercado bastante superiores é que os múltiplos desceram para níveis consideravelmente abaixo dos atuais e que o comportamento dos principais índices acionistas não compensou os retornos dos investimentos sem risco. No que respeita às obrigações do tesouro de referência, tal como no final de 2020, a classe volta a não exibir atratividade, tanto do ponto de vista absoluto como relativo. Apesar da tendência de subida em 2021 das taxas de maturidades mais longas, as *yields* europeias e americanas permanecem extremamente baixas, o que implica um fraco rendimento *ex-ante* face ao histórico. Por outro lado, a decomposição das taxas nominais entre *yields* reais e prémios de risco de inflação demonstra que a primeira componente, ao situar-se em valores extremamente negativos representa um risco potencial, principalmente para as emissões de governos. Esta componente poderá ser impulsionada pela continuação da expansão económica e pela mudança do paradigma de políticas monetárias, de redução das compras de ativos e posterior início de subida gradual de taxas diretoras. Em relação à dívida privada, atendendo ao forte movimento de estreitamento de *spreads* já registado desde os máximos observados em 2020, os prémios de risco situam-se em níveis relativamente baixos. Desta forma, embora não se perspetive, a curto prazo, uma inversão no momento do crédito, e, deste modo, um forte alargamento dos *spreads*, as valorizações da classe incorporam um cenário otimista e, conseqüentemente, poder-se-á verificar uma assimetria negativa entre o ganho marginal advindo de algum estreitamento dos prémios de risco e a maior perda inerente a um hipotético alargamento. Adicionalmente, a perspetiva de redução das compras de dívida privada por parte dos bancos centrais, nomeadamente do BCE, retira um considerável suporte técnico, vigente nos últimos anos, para a classe. Em paralelo, dado o valor relativo mais favorável vs. as taxas de juro sem risco, as ações deverão melhor refletir o contexto fundamental esperado e apresentar rendibilidades ajustadas pelo risco mais atrativas face às do mercado de crédito. No que concerne às matérias-primas, os segmentos mais cíclicos, como energia e metais industriais, deverão continuar favorecidos pela retoma global em curso, embora, nalguns casos, as valorizações extremas recentemente atingidas, em função dos choques ocorridos na oferta, retirem algum potencial de apreciação, tendo, por sua vez, presente uma tendência de normalização das referidas disrupções. Já os metais preciosos, como o ouro, que tipicamente denotam incrementos de preço em cenários de aversão ao risco, a subida das taxas de juro de mercado, a inflação alta, mas em tendência de desaceleração, e a ausência de perspetivas de recessão reduzem a atratividade relativa deste segmento.

5. GESTÃO DE ATIVOS EM PORTUGAL

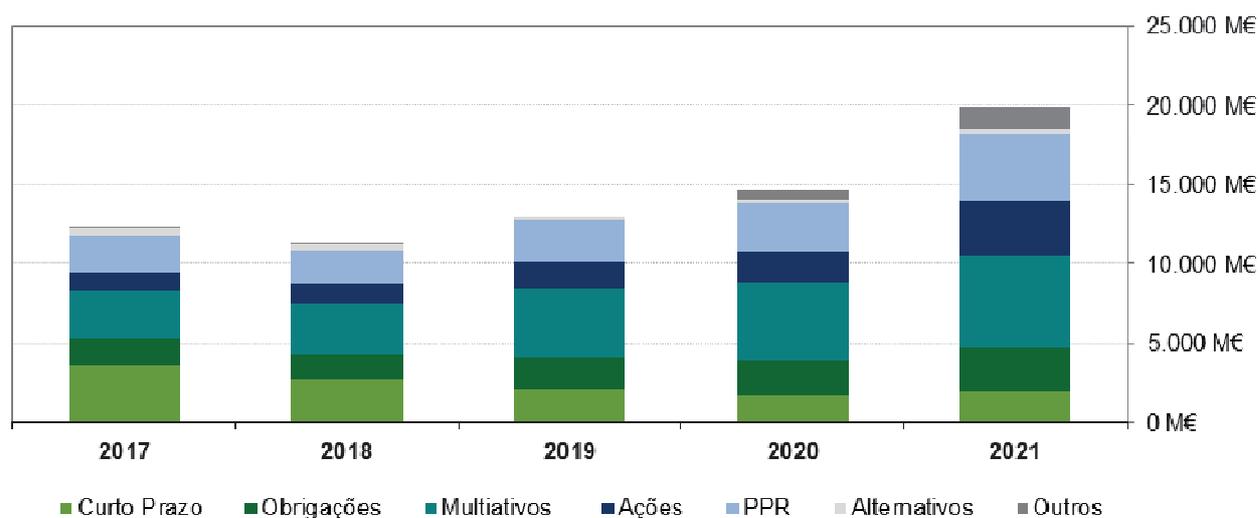
Fundos de Investimento Mobiliário

Em 2021, os fundos de investimento mobiliários portugueses fecharam o ano com 19.859,3 milhões de euros sob gestão, o que reflete um acréscimo de 35,4% (+5.190 milhões de euros) face ao ano anterior.¹

Nas sociedades gestoras nacionais, o número de fundos mobiliários em atividade aumentou, no decurso do ano, de 153 para 156 fundos.¹

No final do ano, as quatro maiores sociedades gestoras nacionais de fundos de investimento mobiliário concentravam 90,4% do mercado, valor semelhante ao do ano anterior (90,7%). A Caixa Gestão de Ativos detinha uma quota de 35,0%, seguida pelas sociedades gestoras IM GA com 21,7%, BPI GA com 17,1% e Santander com 16,6%.¹

Os fundos Multiativos e os fundos Flexíveis representavam, no seu conjunto, o principal segmento de mercado com uma quota de 29,8%, tendo registado um crescimento de 21,6% no decorrer do ano, seguidos pelos fundos PPR, com uma quota de 21,7%, e um crescimento em 2021 de 39,9%. Em terceiro lugar, surgiam os Fundos de Ações, com uma quota 16,8%.²



Fontes:

1. CMVM: Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

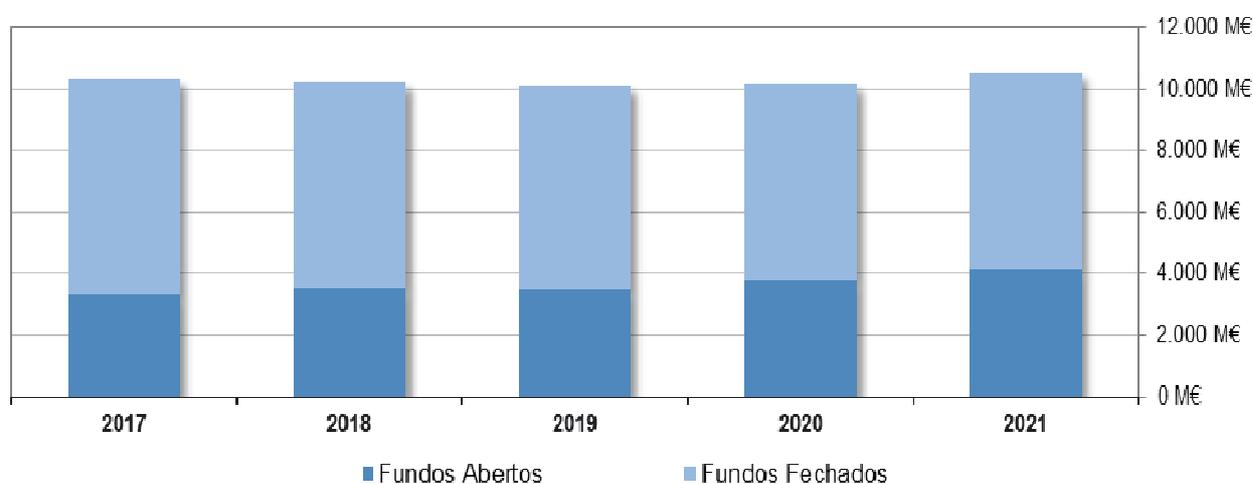
2. APFIPP: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios - valores de dezembro 2021

Fundos de Investimento Imobiliário

No final de 2021, o montante dos ativos sob gestão dos fundos de investimento imobiliário e dos fundos especiais de investimento imobiliário ascendia a 10.521,2 milhões de euros, o que traduz um crescimento de 454 milhões de euros, face ao final de 2020.

Analisando o ano de 2021, verifica-se que a totalidade do investimento se encontrava aplicada exclusivamente em ativos imobiliários de países da União Europeia, sendo 77% em construções acabadas, 12% em terrenos e 10% em projetos de construção. Numa análise setorial, conclui-se que estes imóveis se enquadravam predominantemente no sector dos serviços (42%), do comércio (24%) e habitacional (13%).

No final do ano, existiam 193 fundos imobiliários em atividade, menos 3 do que no fim do ano anterior. As dez maiores gestoras concentravam 63% do mercado, destacando-se a Square AM com uma quota de 11,6%, a Interfundos com uma quota de 11,2% e a Caixa Gestão de Ativos com uma quota de 8,5%.



Fonte: CMVM – Comissão de Mercado de Valores Mobiliários – Estatísticas periódicas - Valores a 31 de dezembro de 2021



Gestão discricionária de carteiras

De acordo com o relatório estatístico da CMVM, em setembro de 2021, o valor dos ativos sob gestão individual de carteiras em Portugal desceu 24% para 36.774,3 milhões de euros, em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Caixa Gestão de Ativos liderava este segmento de mercado no trimestre, com uma quota de 26,0%, correspondente a 9.567,7 milhões de euros de ativos sob gestão, seguida do Santander Asset Management (15,9%) com 5.850,5 milhões, e do Banco Comercial Português (13,7%) com 5.054,0 milhões.

6. ATIVIDADE DA CAIXA GESTÃO DE ATIVOS

Fundos de Investimento

O ano 2021 foi de retoma progressiva da esperança e dos níveis de confiança dos vários agentes económicos, suportado nos avanços científicos para combater a pandemia, no progresso da vacinação da população, principalmente nos países desenvolvidos, e na materialização de medidas preventivas que mitigaram os efeitos da pandemia.

A manutenção de uma política monetária expansionista dos bancos centrais, a resiliência das empresas, o forte crescimento da procura, o suporte fiscal e financeiro de apoio às economias foram decisivos para que os mercados de capitais apresentassem valorizações dos ativos bastante favoráveis.

A gestão adequada da expectativa dos Clientes, o acompanhamento permanente e próximo dos canais de distribuição, com uma atualização constante do enquadramento macroeconómico e de mercado, permitiram com uma estratégia de maior diversificação por classes de ativos, carteiras equilibradas e de criação de valor para o Cliente a longo prazo.

Foi um ano desafiante na colocação de fundos Investimento e serviço *Wealth Management*, na entrega de resultados e na consolidação da posição de liderança da Caixa Gestão de Ativos no mercado nacional com uma quota de 35%.

A Caixa Gestão de Ativos destacou-se este ano pela liderança no segmento dos Fundos Multiativos (31,7%), oferta estratégica para os nossos Clientes, e nos Fundos de Ações (69,5%), tendo o Fundo Caixa Ações Líderes Globais atingido um valor sob gestão superior a 2 mil milhões de euros.

Em 2021, o crescimento de Fundos em oferta permanente: Fundos Multiativos, Obrigações, PPR e de Ações, foi de 2.332 mil milhões de euros.

milhões de euros

	2019	2020	2021	Var 2021/2020
Fundos de Curto Prazo	905	629	455	-27,7%
Fundos de Obrigações	432	450	486	8,0%
Fundos Multiativos	1.560	1.952	2.841	45,5%
Fundos de Ações	1.100	1.277	2.323	82,0%
Fundos Alternativos	317	255	251	- 1,6%
Fundos PPR	72	235	596	153,6%
Total	4.386	4.798	6.952	44,9%



Fundos Imobiliários

No final do ano, a carteira de fundos imobiliários geridos pela Caixa Gestão de Ativos totalizava 892 milhões de euros, incluindo o fundo imobiliário aberto Fundimo e oito fundos fechados de subscrição particular, registando-se uma diminuição do número de fundos sob gestão devido à liquidação dos fundos fechados de duração limitada: Imomar, Imorocha e Porto D'Ouro.

milhões de euros

	2019	2020	2021	Var 2021/2020
Fundo Fundimo	597	609	697	0,6%
Fundos Fechados	199	322	265	-17,7%
Total	796	931	892	-5,4%

Em 2021 o Fundo Fundimo continuou a apresentar resultados positivos em alinhamento com a estratégia prosseguida nos últimos anos. A monitorização dos seus ativos nas distintas vertentes, nomeadamente o acompanhamento dos seus arrendatários e dos respetivos contratos de arrendamento, a captação cuidada de novos Clientes – com reflexo direto no baixo nível de incumprimento – e os diversos investimentos nos imóveis que compõem a carteira, a contribuirão para uma consistente performance do Fundo. A diminuição da taxa de desocupação e o aumento da vida média do prazo dos contratos continuam a ser objetivos estratégicos do Fundo, sem perder de vista o reforço de garantias e a incorporação de Clientes com elevada qualidade creditícia.

Relativamente aos Fundos Fechados deu-se continuidade às várias ações tendentes ao desenvolvimento de projetos imobiliários em curso e à inerente promoção imobiliária, bem como à aquisição e à alienação de ativos. Continuar-se-á a seguir uma estratégia de acompanhamento dos imóveis com pontuais benfeitorias.

Gestão Discricionária de Carteiras e Consultoria para Investimentos

Durante o ano de 2021, o volume sob Gestão Discricionária de Carteiras decresceu cerca de 446 milhões de euros devido a reembolsos da carteira de um cliente Institucional e o valor da Consultoria para Investimentos registou um aumento de 34 milhões de euros. No final do ano a Caixa Gestão de Ativos o montante sobre gestão e aconselhamento era de 8.343 milhões de euros (-4,7% face a 2020).

Milhões de euros

	2019	2020	2021	Var 2021/2020
Gestão Discricionária de Carteiras*	18.671	6.133	5.687	-7.3%
Consultoria para Investimentos	1.146	2.622	2.656	1.3%
Total	19.817	8.755	8.343	-4,7%

* O montante das Carteiras em Gestão Discricionária não inclui Fundos de Pensões

Evolução Financeira

Em 2021, o Produto Bancário aumentou para 28,5 milhões de euros, o que correspondeu a um crescimento 26,2% face ao período homólogo. Este aumento ficou a dever-se aos Rendimentos de comissões de gestão e aconselhamento que totalizaram 29,3 milhões de euros, mais 25,4% que no ano anterior devido à dinâmica comercial na colocação de fundos e à valorização bolsista (22,2% um valor na zona euro) com impacto direto nos fundos de ações.

Os Encargos com o Pessoal por seu lado baixaram 3,7% para 7,0 milhões de euros, devido às saídas de colaboradores em 2020 e 2021, por via das Rescisões de Mutuo Acordo RMA e de um acordo de Pré-Reforma. Durante o ano foram constituídas Provisões no valor de 515 mil euros, essencialmente



destinadas ao Plano de Pré Reforma (PPR), para os colaboradores que reúnam condições para aderir ao mesmo nos anos 2023 e 2024.

Os Gastos Gerais Administrativos aumentaram 5,6% para 4,4 milhões de euros, devido sobretudo aos custos relacionados com o serviço de Informação de notação financeira (*ratings*) da Moodys e Fitch.

O Resultado Líquido do Exercício situou-se assim em 12,5 milhões de euros, o que correspondeu a um aumento de 46,8%, relativamente ao ano anterior.

Medidas tomadas no âmbito da pandemia COVID-19

Na sequência do surto pandémico COVID-19, o Conselho de Administração da sociedade gestora do Fundo tomou medidas de minimização dos riscos resultantes do desenvolvimento da pandemia e ativou o plano de contingência, passando a atividade a ser desenvolvida no edifício sede e em regime de teletrabalho.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica internacional e os seus efeitos nos mercados mobiliários, considerando que as atuais circunstâncias excecionais decorrentes da pandemia não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.

7. MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO

O Conselho de Administração tem como objetivo que a Sociedade mantenha o seu sistema de Controlo Interno, e o melhore para o tornar ainda mais adequado e eficaz na execução da sua atividade de administração e gestão de Fundos, Gestão de Discricionária de Carteiras e Consultoria para Investimento.

A Sociedade tem, ao longo dos anos, consolidado os três pilares básicos do Sistema de Controlo Interno, designadamente, o *Compliance*, a Gestão de Riscos e a Auditoria Interna.

Um sistema de controlo interno define-se como o conjunto das estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos definidos pelo Conselho de Administração, bem como das ações empreendidas por este órgão e pelos restantes colaboradores da instituição, com vista a garantir três objetivos:

- a) Um desempenho eficiente e rentável da atividade, no médio e longo prazo (objetivos de desempenho);
- b) A existência de informação financeira e de gestão completa, pertinente, fiável e tempestiva (objetivos de informação);
- c) O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis (objetivos de “*Compliance*”), incluindo as relativas à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutárias, das regras de conduta e de relacionamento com clientes, das orientações dos órgãos sociais e das recomendações dos supervisores, de modo a proteger a reputação da instituição e a evitar que esta seja alvo de sanções.

Para atingir os seus objetivos, o Conselho de Administração tem implementado e mantido ao longo do tempo, um sistema de controlo interno com adequadas atividades de controlo, mecanismos de avaliação e monitorização do ambiente de controlo, que permitem assegurar um adequado sistema de controlo interno e contribuir para o efetivo desenvolvimento e consolidação de uma cultura de controlo interno, que permita uma gestão sã e prudente da instituição.

O Conselho de Administração elegeu o Código de Conduta da Sociedade como uma peça fundamental para a concretização da sua missão, revendo-se nos princípios de atuação e nas normas de conduta profissional aí vertidos, sempre sob as orientações determinadas dentro de todo o Grupo CGD.



8. SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

Como parte integrante do Grupo CGD, a Sociedade cumpre os princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial, encontrando-se em vigor diversos normativos relativos a políticas de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável, de promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, de igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, de valorização de recursos humanos e de responsabilidade económica e de salvaguardada da competitividade da empresa.

É objetivo da Caixa Gestão de Ativos constituir-se como um exemplo na realização de Investimentos Socialmente Responsáveis (ISR), entendidos como a ponderação na tomada de decisões de investimento, de considerações de ordem ambiental, social e de governo societário (ESG¹).

A estratégia de ISR delineada pela Caixa Gestão de Ativos está em linha com o Programa Corporativo de Sustentabilidade definido pela CGD, o qual ambiciona acompanhar as tendências e as melhores práticas internacionais no domínio do desenvolvimento sustentável.

A Caixa Gestão de Ativos acredita que faz parte do seu dever fiduciário disponibilizar soluções de investimento que incorporem os fatores ESG para melhor gerir o risco das mesmas e potenciar a geração de rendibilidades sustentáveis no longo prazo, ao mesmo tempo que robustece o seu perfil ambiental, social e de melhores práticas de governo societário das mesmas. Com esta atuação a Caixa Gestão de Ativos, simultaneamente, a salvaguardar preocupações com o desenvolvimento sustentável e a potenciar a geração de rendibilidades sustentáveis no longo prazo que vão ao encontro do melhor interesse dos seus Clientes.

Neste contexto, em 2021 a Caixa Gestão de Ativos reforçou a sua ambição de consolidar a realização de Investimentos Socialmente Responsáveis, continuando a centrar a sua atuação em três vetores principais: 1) Integração de fatores ESG nos processos de investimento, em paralelo com a utilização de fatores de análise financeira tradicionais; 2) envolvimento com as Empresas alvo de investimento através do exercício dos direitos de voto associados aos ativos sob gestão; e 3) Envolvimento com as Empresas que se enquadrem no universo potencial de investimento, fomentando um diálogo próximo em matérias de Investimento Socialmente Responsável (*Engagement*).

Em paralelo com a continuação do programa de formação das suas Equipas em torno da temática ESG, em 2021 a Caixa Gestão de Ativos atualizou as Políticas que enquadram a abordagem de investimento sustentável na Empresa – Política de Investimento Sustentável Responsável (Política ISR), Política de Envolvimento e Política de Exercício dos Direitos de Voto. Estes documentos foram complementados com a publicação da Declaração sobre as Políticas de Diligência Devida da Caixa Gestão de Ativos, dando seguimento a um novo requisito regulatório³.

A nível formativo, em colaboração com a Caixa Geral de Depósitos, a Caixa Gestão de Ativos desenvolveu um programa de *e-learning*, em Dezembro de 2021, dedicado ao tema da “Sustentabilidade nos Fundos de Investimento” destinado a colaboradores do Grupo Caixa Geral de Depósitos certificados no âmbito da DMIF II – Diretiva de Mercados e Instrumentos Financeiros.

No âmbito da estratégia de Sustentabilidade definida, a Caixa Gestão de Ativos completou no final do ano a adoção de critérios ESG em todas as classes de ativos sob gestão. As classes de Investimento Imobiliário e Investimento Alternativo definiram metodologias internas que permitem a incorporação de critérios ESG na composição e avaliação dos seus ativos. No seguimento desta melhoria, a Caixa Gestão de Ativos desenvolveu uma metodologia de rating interna denominada Rating de Sustentabilidade da Caixa Gestão de Ativos, que consolida diferentes abordagens/metodologias de análise em função da classe de ativos subjacente, garantindo desta forma uma cobertura transversal no que se refere à sustentabilidade a todas as classes de ativos geridos pela Sociedade Gestora.

¹ ESG: acrónimo, em inglês, para *Environmental, Social and Governance*.



A Caixa Gestão de Ativos avalia os seus ativos tendo em consideração critérios ESG, destacando-se, com referência a dezembro de 2021, um montante de ativos sob gestão de fundos que promovem características sociais e/ou ambientais e que cumprem com todos os pressupostos da Política ISR da Caixa Gestão de Ativos (artigo 8º à luz do Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de novembro de 2019 relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros, designado *Sustainable Finance Disclosure Regulation* SFDR) que representa 89,9% do total dos ativos sob gestão dos seus fundos de investimentos mobiliários.

Com a entrada em vigor do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de junho de 2020, designado Regulamento da Taxonomia, que complementa as obrigações de divulgação previstas no Regulamento 2019/2088, foram estabelecidos Critérios Técnicos de Avaliação ("Critérios") para atividades económicas ambientalmente sustentáveis, que se encontram desenvolvidos no Regulamento Delegado (UE) 2021/2139.

Esses Critérios detalhados exigirão a disponibilidade de dados específicos sobre cada investimento. À data deste documento, consideramos não existirem ainda dados confiáveis, oportunos e verificáveis suficientes para que a Caixa Gestão de Ativos seja capaz de avaliar os investimentos realizados nos fundos sob sua gestão usando os referidos Critérios. Embora existam investimentos que comportam atividades económicas que contribuem para objetivos ambientais e podem ser elegíveis para avaliação em relação aos Critérios, a Sociedade Gestora não está atualmente em posição de os descrever, em conformidade com o Regulamento da Taxonomia.

9. PRINCIPAIS RISCOS

O processo de gestão de risco engloba quatro fases: Identificação, Avaliação, Monitorização e Mitigação, estando a sua implementação dependente da categoria e natureza dos riscos.

Na identificação dos riscos materiais a que a Sociedade se encontra exposta, a Caixa Gestão de Ativos considera o risco de compliance, o risco operacional, o risco dos sistemas de informação, o risco de estratégia e o risco de reputação como os mais importantes, sendo aqueles que poderão afetar significativamente a situação financeira da Caixa Gestão de Ativos.

Risco de Compliance: A Caixa Gestão de Ativos entende como Risco de Compliance a probabilidade da Sociedade incorrer em sanções de carácter legal ou regulamentar, prejuízos financeiros ou de ordem reputacional, decorrentes de violações ou da não conformidade relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com Clientes, práticas instituídas ou princípios éticos, que se materializem em sanções de carácter legal, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais. As medidas adotadas para a resolução dos referidos incumprimentos são monitorizadas periodicamente. Esta abordagem é reportada ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, através do relatório de Compliance com periodicidade anual.

Risco Operacional: A Caixa Gestão de Ativos entende como risco operacional o risco de perdas resultante de inadequações ou falhas de processos, pessoas e sistemas de informação ou as decorrentes de eventos externos.

Risco de Sistemas de Informação: A Caixa Gestão de Ativos entende que a dependência nos sistemas de informação, sujeita a Sociedade à exposição ao risco resultante de problemas de corrupção de dados, falhas nos equipamentos ou na sua indisponibilidade, vírus nas aplicações ou erros de programação. De forma a efetuar a gestão deste risco, a Caixa Gestão de Ativos aprovou a implementação de um Sistema de Gestão de Segurança de Informação de acordo com a norma ISO 27001, com o objetivo de garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade da sua informação, e integrado com as orientações da CGD nesta matéria.

Risco de Estratégia: A Caixa Gestão de Ativos entende como risco de estratégia o risco de perdas resultante de decisões estratégicas inadequadas, da deficiente implementação das orientações



estratégicas ou da incapacidade de resposta a alterações do meio envolvente. A Caixa Gestão de Ativos define prioridades estratégicas para um determinado período e desenha as ações a serem desenvolvidas para atingir esses objetivos. Este plano estratégico é partilhado com todos os Colaboradores. Regularmente a Comissão Executiva e o Conselho de Administração acompanham a execução destes planos estratégicos em sede de comités ou de reuniões desses mesmos órgãos.

Risco de Reputação: A Caixa Gestão de Ativos entende como risco de reputação o risco de perdas resultante da perceção negativa da imagem pública da Sociedade, por parte de entidades externas e internas, tais como Clientes, investidores, fornecedores, etc., com impacto no Grupo CGD e na atitude concreta de Clientes e institucionais nos produtos e soluções de investimento da Sociedade gestora e do Grupo CGD. Este risco, pela sua natureza, não é facilmente mensurável, pelo que a Sociedade, consciente de que ele existe e poderá ter um impacto negativo nos resultados, tem procurado, através da adoção de práticas de bom governo, munir a instituição dos mais elevados padrões de integridade e honestidade. A Caixa Gestão de Ativos considera que a atuação de forma competente e profissional de todos os Colaboradores da instituição, conjugada com o cumprimento das disposições legais e regulamentares, permitem à instituição monitorizar o risco de reputação de forma eficiente.

10. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não foram identificados eventos subsequentes relevantes após 31 de dezembro de 2021.

11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea f) do número 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido de Imposto da Caixa Gestão de Ativos SGOIC, S.A., no valor de 12.495.258,95 euros (doze milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, duzentos e cinquenta e oito euros e noventa e cinco cêntimos), seja submetido à Assembleia Geral para que a mesma delibere sobre a sua aplicação, considerando que a Reserva Legal já se encontra integralmente constituída.

Considerações Finais

Ao concluir o seu relatório, o Conselho de Administração considera ser seu dever exprimir o reconhecimento às seguintes entidades, pela contribuição que prestaram à atividade da Sociedade:

- Às entidades de supervisão, pela disponibilidade manifestada em todos os contatos havidos;
- Aos órgãos de fiscalização – Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas – e aos membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo acompanhamento e colaboração prestados;
- Aos intermediários dos vários mercados, pelo bom relacionamento mantido;
- À rede comercial do Grupo CGD e seus responsáveis, com quem tem sido possível construir uma verdadeira parceria de confiança na relação com os Clientes;
- A todos os Clientes dos Fundos de Investimento e das Carteiras geridos pela Sociedade, pela confiança manifestada;
- Aos Colaboradores da empresa, pela grande dedicação e profissionalismo, que foram decisivos para os resultados alcançados.

Lisboa, 24 de fevereiro de 2022



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por : **PAULA CRISTINA CÂNDIDO GEADA**

Num. de Identificação: 08866338

Data: 2022.03.02 19:41:19+00'00'



Paula Geada

Assinado por : **Ana Cristina do Vale Brízido**

Num. de Identificação: 10758603

Data: 2022.03.02 19:46:29+00'00'



do

Assinado por : **José Pedro Gomes Rodrigues**

Num. de Identificação: B108684675

Data: 2022.03.02 19:01:25+00'00'



José Pedro Rodrigues

Assinado por: **Ricardo César Ribeiro Ventura**

Ferreira Reis

Num. de Identificação: 09954420

Data: 2022.03.04 12:52:03 +0000



reis



12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS

12.1 BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2021	2020
ATIVO			
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem		41.148.213	33.843.867
Depósitos à ordem	4	41.143.213	33.843.867
Depósitos a prazo	4	5.000	-
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		286.696	232.289
Títulos de dívida	5	286.696	232.289
Ativos tangíveis		401.914	503.838
Ativos fixos tangíveis	6	401.914	503.838
Ativos intangíveis		9.201	25.058
Outros ativos intangíveis	7	9.201	25.058
Ativos por impostos		412.389	179.596
Ativos por impostos correntes		-	-
Ativos por impostos diferidos	9	412.389	179.596
Outros ativos	8	18.797.514	18.240.994
Ativos Totais		61.055.927	53.025.642
PASSIVO			
Provisões		1.410.398	895.391
Pensões e outras obrigações de benefício definido pós-emprego	19	1.191.986	702.864
Outras provisões	19	218.412	192.527
Passivos por impostos		6.765.819	2.389.235
Passivos por impostos correntes	9	6.765.181	2.388.139
Passivos por impostos diferidos	9	638	1.096
Outros passivos	10	14.523.356	11.910.119
Passivos Totais		22.699.573	15.194.745
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital		9.300.000	9.300.000
Capital realizado	11	9.300.000	9.300.000
Prémios de emissão	11	195.192	195.192
Outro rendimento integral acumulado		1.114	4.124
Variação do justo valor dos instrumentos de dívida mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	12	1.114	4.124
Outras reservas		16.364.788	19.818.341
Outros	12	16.364.788	19.818.341
Resultado líquido do exercício	12	12.495.259	8.513.240
Capital Próprio Total		38.356.353	37.830.897
Capital Próprio Total e Passivos Totais		61.055.927	53.025.642

O anexo faz parte integrante do balanço findo em 31 de dezembro de 2021



12.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2021	2020
Rendimentos de juros	13	4.970	4.838
Encargos de juros	13	(4.202)	(5.065)
MARGEM FINANCEIRA		768	(227)
Rendimentos de taxas e comissões	14	29.313.990	23.367.510
Encargos de taxas e comissões	14	(2.501.486)	(2.325.124)
Ganhos ou perdas em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5	(3.803)	(3.614)
Diferenças cambiais (valor líquido)		100	151
Outros rendimentos operacionais	15	1.776.584	1.661.841
Outras despesas operacionais	15	(109.463)	(128.533)
PRODUTO BANCÁRIO		28.476.690	22.572.004
Encargos administrativos			
Encargos com pessoal	16	(7.004.619)	(7.275.876)
Outros encargos administrativos	18	(4.366.445)	(4.136.522)
Depreciações	6 e 7	(73.467)	(141.725)
Provisões e reversão de provisões	19	(515.008)	473.669
Imparidades ou reversão de imparidade de ativos não financeiros	8	443.070	(20.128)
LUCROS OU PREJUÍZOS ANTES DE IMPOSTO		16.960.221	11.471.422
Impostos			
Correntes	9	(4.697.668)	(2.851.241)
Diferidos	9	232.706	(106.941)
		(4.464.962)	(2.958.182)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		12.495.259	8.513.240
OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL			
Itens que serão reclassificados posteriormente para a demonstração dos resultados:			
Instrumentos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral			
Ganhos/(perdas) de avaliação imputados ao capital próprio	9	(3.555)	(479)
Efeito fiscal	9	545	108
Itens que não serão reclassificados posteriormente para a demonstração dos resultados:			
Desvios atuariais e financeiros			
Ganhos/(perdas) imputados ao capital próprio	17	(66.828)	107.617
Efeito fiscal	9	15.036	(24.214)
RENDIMENTO INTEGRAL TOTAL DO EXERCÍCIO		12.440.457	8.596.272
Número médio de ações ordinárias emitidas		1.860.000	1.860.000
Resultado líquido por ação		6,72	4,58
Número médio de ações ordinárias emitidas		1.860.000	1.860.000
Resultado integral por ação		6,69	4,62

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2021



12.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital	Prémios de emissão	Outro rendimento integral acumulado	Lucros retidos	Outras reservas				Resultado líquido do exercício	Total
					Reserva Legal	Reservas Livres	Outras reservas	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9.300.000	195.192	5.088	-	9.300.000	10.154.295	3.725.984	23.180.278	7.318.796	39.999.354
Aplicação do resultado do exercício anterior										
Distribuição de dividendos	12	-	-	-	-	-	(3.445.341)	(3.445.341)	(7.318.796)	(10.764.137)
Rendimento integral do exercício										
Instrumentos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral	5 e 9	-	(964)	-	-	-	-	-	-	(964)
Desvios atuariais	9 e 17	-	-	-	-	-	83.403	83.403	-	83.403
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	8.513.240	8.513.240
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.300.000	195.192	4.124	-	9.300.000	10.154.295	364.046	19.818.341	8.513.240	37.830.897
Aplicação do resultado do exercício anterior										
Distribuição de dividendos	12	-	-	-	-	(3.401.760)	-	(3.401.760)	(8.513.240)	(11.915.000)
Rendimento integral do exercício										
Instrumentos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral	5 e 9	-	(3.010)	-	-	-	-	-	-	(3.010)
Desvios atuariais	9 e 17	-	-	-	-	-	(51.792)	(51.792)	-	(51.792)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	12.495.259	12.495.259
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.300.000	195.192	1.114	-	9.300.000	6.752.535	312.254	16.364.788	12.495.259	38.356.353

O anexo faz parte integrante da demonstração de alterações no capital próprio de 31 de dezembro de 2021



12.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de fundos de investimento e de clientes de gestão discricionária		33.816.536	33.757.160
Pagamentos de comissões de comercialização e de depositário		(2.337.191)	(7.182.932)
Pagamentos a fornecedores		(695.286)	(3.105.850)
Pagamentos ao pessoal		(4.853.246)	(5.111.847)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(6.291.492)	(4.020.845)
Fluxos gerados pelas operações		19.639.321	14.335.686
Pagamento de impostos sobre o rendimento		(305.589)	(2.955.022)
Fluxos das atividades operacionais		19.333.732	11.380.664
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	-
Juros e rendimentos similares		5.235	4.836
Pagamentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		(65.585)	-
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis		(10.800)	-
Fluxos das atividades de investimento		(71.150)	4.836
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos provenientes de:			
Juros e custos similares		(4.968)	(4.753)
Amortização de contratos de locação financeira		(43.268)	(55.537)
Dividendos	12	(11.915.000)	(10.764.137)
Fluxos das atividades de financiamento		(11.963.236)	(10.824.427)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes:		7.299.346	561.073
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		33.843.867	33.282.794
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	41.143.213	33.843.867

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021



12.5 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Gestão de Ativos SGOIC, S.A., anteriormente denominada de Caixa Gestão de Ativos Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A (adiante igualmente designada por “Sociedade” ou “Caixa Gestão de Ativos”), foi constituída por escritura pública de 6 de novembro de 1990. A Sociedade, com sede na Av. João XXI em Lisboa, tem por objeto social a administração, gestão e representação de fundos de investimento mobiliário e imobiliários, abertos ou fechados, e de fundos de capital de risco, a gestão discricionária e individualizada de carteiras por conta de outrem, incluindo as correspondentes a fundos de pensões, bem assim como a consultoria de investimento relativa àqueles ativos.

No âmbito do processo de Reorganização Societária do Grupo Caixa Geral de Depósitos, a 23 de dezembro de 2019, com efeitos a 1 de janeiro de 2019, concretizou-se a fusão por incorporação da Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. na Caixa Gestão de Ativos Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimento mobiliário e imobiliários, bem como as carteiras de ativos sob gestão, encontram-se detalhados na Nota 20.

Conforme indicado na Nota 11, a Sociedade é detida integralmente pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. Consequentemente, a gestão da Caixa Gestão de Ativos é influenciada por decisões do Grupo a que pertence. Os principais saldos e transações com empresas do Grupo CGD encontram-se detalhados na Nota 22.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia (na sequência do Regulamento (CE) N.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho), nos termos do Aviso n.º 5/2015, de 7 de dezembro do Banco de Portugal, no uso da competência que lhe é conferida pelo número 1 do artigo 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, e pelo artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 são comparáveis com as de 31 de dezembro de 2020, procedemos contudo, à reclassificação das disponibilidades existentes decorrentes da liquidação de Fundos geridos pela Sociedade para fazer face a eventuais contingências e das contas *escrow* que foram abertas para efeitos da liquidação dos Fundos Mobiliários Postal.

Esta situação não se enquadra em alterações de políticas contabilísticas sendo meramente uma reclassificação na apresentação.

Saldo de Caixa e equivalentes a 31/12/2020	41.725.348
– Reclassificação das contas Escrow	(821.640)
– Reclassificação CGA Instrumental PPR	(998)
– Reclassificação Disponibilidades decorrentes de Liquidação dos Fundos	(7.058.843)
Saldo de Caixa e equivalentes a 31/12/2021	33.843.867



Saldo de Outros Ativos a 31/12/2020	10.359.513
– Reclassificação das contas Escrow	821.640
– Reclassificação CGA Instrumentos PPR	998
– Reclassificação Disponibilidades decorrentes de Liquidação dos Fundos	7.058.843
Saldo de Outros Ativos a 31/12/2021	18.240.994

As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, expressas em euros, não foram ainda objeto de aprovação pela Assembleia Geral, tendo sido aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2022. No entanto, o Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2. Resumo das principais políticas contábilísticas

As políticas contábilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são valorizados pelo justo valor. O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

Os ganhos ou perdas resultantes de alterações no justo valor são registados diretamente em capitais próprios na rubrica “Outro rendimento integral acumulado”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para rendimentos ou gastos do exercício.

Os juros corridos de obrigações e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos (prémio ou desconto) são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

b) Comissões

Comissão de gestão

A comissão de gestão corresponde à remuneração da Sociedade pela gestão do património dos Fundos de investimento mobiliários e imobiliários. Esta comissão é calculada diariamente por aplicação de uma taxa definida nos respetivos regulamentos de gestão sobre o património líquido dos Fundos, sendo registada na rubrica de “Rendimentos de taxas e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 14).

Acresce referir que, na sequência da alteração do RGOIC do n.º 2 do artigo 139.º do RGOIC, com efeitos a partir de 2020, as comissões de comercialização passaram a ser suportadas pelos Fundos, sendo que a repartição do valor da comissão de gestão entre sociedade gestora e a entidade comercializadora encontra-se definida nos Regulamentos de Gestão dos Fundos.

Comissão de gestão discricionária de carteiras

Esta comissão é cobrada trimestral ou anualmente aos Clientes pela gestão discricionária e individualizada das suas carteiras. Esta comissão é calculada sobre o valor das carteiras de ativos geridas no final de cada mês ou sobre o respetivo valor médio apurado diariamente, sendo registada na rubrica de “Rendimentos de taxas e comissões” da demonstração dos



resultados (Nota 14). Nos termos dos contratos celebrados, a Caixa Gestão de Ativos não garante rendimentos mínimos nas carteiras sob gestão.

Comissão de aconselhamento

Como remuneração pela sua atividade de prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos, a Sociedade cobra mensalmente aos seus Clientes comissões calculadas sobre o valor médio trimestral dos ativos relativamente aos quais presta estes serviços, apurados com base no seu valor no final de cada mês. Estas comissões são registadas na rubrica “Rendimentos de taxas e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 14).

Comissão de performance

Como remuneração pela sua atividade de gestão discricionária de carteiras e de gestão do património dos Fundos de investimento mobiliário, a Sociedade cobra adicionalmente um prémio de desempenho. Este prémio é calculado numa base anual e corresponde a uma percentagem do diferencial positivo entre o retorno anual da carteira e o retorno de um padrão de rentabilidade definido contratualmente, aplicada ao valor médio da carteira, apurado considerando todas as valorizações da carteira no ano civil.

Comissões de consultoria

Destinam-se a remunerar a Sociedade pela prestação de serviços diversos, nomeadamente em matéria de aconselhamento na área imobiliária e prestações de serviços diversos conexos e correspondem a uma taxa fixa anual sobre o valor líquido global dos fundos imobiliários, e um valor fixo mensal, relativamente aos serviços prestados. As comissões são cobradas trimestralmente e, sempre que aplicável, são registadas na rubrica “Rendimentos de taxas e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 14).

Comissões de research

Custos com estudos de investimento, indispensáveis à análise desenvolvida internamente, no sentido de permitir o robustecimento da proposta de valor da sociedade gestora, assente na necessidade de recurso a apoio especializado externo, dada a abrangência global e multiplicidade de classes de ativos a considerar nas estratégias de investimento. Estes custos são refletidos diariamente, nas diferentes carteiras sob gestão, pela parte proporcional (método pro rata) do valor médio das mesmas.

c) Ativos tangíveis e património artístico

Nos termos da Norma IAS 16 – “Ativos fixos tangíveis”, os ativos fixos tangíveis utilizados pela Caixa Gestão de Ativos para o desenvolvimento da sua atividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os gastos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício na rubrica “Outros encargos administrativos”.

As depreciações são calculadas e registadas em gastos do exercício numa base sistemática ao longo do período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, o qual corresponde aos seguintes anos de vida útil estimada:

	<u>Anos de vida útil</u>
Mobiliário e material	8
Equipamento informático	4
Máquinas e ferramentas	5
Equipamentos de transmissão	8
Equipamento de transporte	4



O património artístico da Sociedade encontra-se registado ao custo de aquisição não sendo objeto de depreciação.

d) Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende gastos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado nas atividades desenvolvidas pela Caixa Gestão de Ativos. Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas e registadas em gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período entre 3 e 5 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como gasto no exercício em que são incorridas.

e) Benefícios pós-emprego dos Colaboradores

A Caixa Gestão de Ativos assumiu o compromisso de conceder aos seus Colaboradores provenientes da ex-Investil complementos de pensões de reforma e sobrevivência. Estes complementos são função do tempo de serviço prestado e do salário pensionável nos últimos dez anos, com um máximo de 85% do mesmo. Adicionalmente, todos os Colaboradores da Caixa Gestão de Ativos, incluindo os provenientes da ex-Investil, estão inscritos no Regime Geral de Segurança Social.

Para cobertura das suas responsabilidades com benefícios pós-emprego, a Sociedade subscreve unidades de participação do Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Ativa.

O ativo ou passivo refletido em balanço corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do Fundo de Pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual por atuários especializados, utilizando o método “*Projected Unit Credit*” e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 17). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que irão ser pagas as responsabilidades, e com prazos de vencimento similares aos prazos médios de liquidação dessas responsabilidades.

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no ativo.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o nível de cobertura das responsabilidades com complementos de pensões de reforma e sobrevivência correspondia a 100,73 % e 109,25% respetivamente (Nota 17).

Adoção da versão revista da IAS 19

Na sequência da revisão da IAS 19 – “Benefícios aos empregados”, a Sociedade alterou em 2013 a política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais, deixando de adotar o método do corredor, e passando a reconhecer os ganhos e perdas atuariais diretamente em reservas (Outro rendimento integral).

Adicionalmente, a Sociedade regista na rubrica de “Encargos com o pessoal” da demonstração dos resultados os seguintes componentes:

- Custo dos serviços correntes; e
- Proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões.



O proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões é calculado pela Sociedade multiplicando o ativo/responsabilidade líquida com pensões de reforma e sobrevivência (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência. Desta forma, o proveito/custo líquido de juros representa o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência líquido do rendimento teórico dos ativos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades no início do período (Nota 17).

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente: (i) os ganhos e perdas atuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos atuariais; e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos ativos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de reservas (Outro rendimento integral).

Adicionalmente existe o Plano de Pensões Caixagest – Caixa Gestão de Ativos financiado através da Adesão Coletiva nº 2 ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Ativa, da adesão coletiva nº 1 ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente e consubstancia-se num Plano de Contribuição Definida, contributivo, independente da Segurança Social, tendo como objetivo garantir o pagamento de pensões de reforma por velhice e invalidez, bem como de pensões de sobrevivência imediata (viuvez e orfandade).

Foi criada, em cada adesão coletiva que financia o presente Plano, uma conta designada residual destinada a nela serem creditados todos os montantes que não devam ser creditados na contas individuais de cada participante, designadamente, valores resultantes de transferência de saldos do Associado em outros fundos de pensões ou outros veículos de financiamentos de plano de pensões, saldos das contas dos Participantes sobre os quais não cheguem a constituir se direitos adquiridos, bem como saldos das Contas Base e Base BD de Participantes que venham a falecer em efetividade de serviço sem que haja lugar ao pagamento de benefício de sobrevivência.

O financiamento do Plano de Pensões fica a cargo do Associado, podendo também os Participantes que tenham vínculo laboral com o mesmo realizar, voluntariamente, contribuições a seu próprio favor. O Associado efetuará contribuições periódicas mensais e postecipadas. O Associado, poderá ainda sempre que considere conveniente, realizar contribuições extraordinárias ocasionais.

Outros benefícios de longo prazo - A Caixa Gestão de Ativos tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo concedidos a trabalhadores, como sejam as responsabilidades com reformas antecipadas,

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações atuariais. Os ganhos e perdas atuariais observados são integralmente reconhecidos por contrapartida de resultados, conforme disposições do IAS 19 – “Benefícios dos empregados” relativamente à natureza dos benefícios identificados

f) Impostos

A Sociedade esteve sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) a uma taxa de 21% nos exercícios de 2021 e 2020.

Os municípios podem deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 no apuramento de impostos fosse de 22,5%.



A Sociedade está sujeita ainda a Derrama Estadual, a uma taxa de 3%, aplicável ao montante de lucro tributável compreendido entre os 1.500.000 euros e os 7.500.000 euros, de 5%, aplicável ao montante de lucro tributável compreendido entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros, e de 9%, aplicável ao montante de lucro tributável que exceda os 35.000.000 euros.

A Sociedade está abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de Sociedades enquanto entidade dominada, previsto no Artigo 69º do Código do IRC. Nesta conformidade, o resultado fiscal da Sociedade concorre para a matéria coletável da entidade dominante Caixa Geral de Depósitos, S.A. A opção por este regime conduz a que o custo/proveito com imposto sobre o rendimento seja reconhecido na esfera individual da Sociedade, sendo os correspondentes pagamentos ou recuperações efetuadas pela entidade dominante. Deste modo, os montantes a recuperar e a pagar relativos a impostos correntes sobre lucros serão objeto de liquidação financeira com a Caixa Geral de Depósitos, S.A.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos, exceto nos casos de utilização de prejuízos fiscais reportáveis em que o prazo de caducidade do direito à liquidação é o correspondente ao prazo de reporte do prejuízo fiscal, se superior. Desse facto poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2018 a 2021. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer correção ou liquidação adicional relativamente aos exercícios atrás referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estima que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o ativo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados, com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda e desvios atuariais.

g) Locações

A IFRS 16 – Locações, com aplicação obrigatória para exercícios financeiros com início em ou após 1 de janeiro de 2019, estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação de contratos de locação, com o objetivo de garantir informações pertinentes que representem fielmente estas transações.

A IFRS 16 introduz alterações significativas na forma de contabilização de contratos de locação na perspetiva do locatário, devendo este reconhecer no seu balanço um ativo pelo direito de uso e um passivo relativo às responsabilidades inerentes aos referidos contratos, exceto quando estes apresentem um prazo inferior a doze meses ou em que o ativo subjacente tenha um valor residual.

Para efeitos de transição, a Sociedade aplicou a metodologia retrospectiva modificada aplicando com referência a 1 de janeiro de 2019, tendo optado também por aplicar o expediente prático permitido pela norma de não reavaliar, à data da transição, se um contrato é, ou contém uma locação, tendo em conta a nova definição, sendo que aplica a IFRS 16 aos contratos que



tenham sido previamente identificados como locações nos termos da IAS 17 – Locações e da IFRIC 4.

Genericamente, os prazos da locação coincidem com os prazos estabelecidos nos respectivos contratos.

h) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis. As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas, ou nos casos em que estas deixem de se observar.

i) Imparidades ou reversão de imparidade de ativos não financeiros

A Sociedade regista perdas por imparidades destinadas à cobertura dos riscos de realização dos saldos referentes a comissões de gestão dos fundos por receber e despesas pagas pela Sociedade por conta de fundos sob gestão. Nesse sentido, a Sociedade efetua uma análise individual às entidades no sentido de aferir a sua capacidade económico-financeira numa ótica de estimativa da perda esperada, conforme preconizado na IFRS 9.

Estas perdas por imparidade encontram-se registadas a deduzir à rubrica “Outros ativos”.

j) Especialização de exercícios

A Sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

k) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Sociedade considera como “Caixa e seus equivalentes” o total dos saldos das rubricas “Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem”.

l) Ativos sob gestão

As políticas contabilísticas associadas aos ativos sob gestão são como seguem:

- i) As compras de títulos e de direitos de subscrição são registadas, na data da transação, pelo seu valor efetivo de aquisição, com exceção das compras de títulos e direitos de subscrição em mercados estrangeiros, as quais apenas são registadas no dia útil seguinte.
- ii) Os títulos em carteira são avaliados ao seu valor de mercado, ou presumível de mercado, de acordo com as seguintes regras:
 - i) Os valores mobiliários admitidos à negociação numa bolsa de valores ou transacionados num mercado regulamentado e com transações efetuadas nos últimos 15 dias, são valorizados à cotação de fecho, se a sessão tiver encerrado



antes das 17 horas de Lisboa, ou à cotação verificada nessa hora se a sessão se encontrar em funcionamento e tiver decorrido mais de metade da mesma. As cotações são fornecidas pelas entidades gestoras do mercado onde os valores se encontram admitidos à cotação e captadas através da *Reuters* e/ou da *Bloomberg*;

- ii) Se os valores mobiliários forem cotados em mais de uma bolsa, será considerado o preço praticado no mercado que apresenta maior liquidez, frequência e regularidade de transações;
- iii) Para efeitos da valorização dos valores mobiliários cotados sem transações nos últimos 15 dias e para os não cotados, a Sociedade utiliza o “*bid*” do contribuidor “CBBT” divulgado pela *Bloomberg*. Na sua falta, a Sociedade definiu um conjunto de contribuidores que considera credíveis e que divulgam preços através de meios especializados, nomeadamente a *Bloomberg*; neste processo, em cada data de valorização é selecionada a média das ofertas de compra “*bid*” divulgadas pelos contribuidores de entre a *pool* de contribuidores pré-selecionados, excluindo as ofertas que se afastam do preço médio em mais de um desvio padrão;
- iv) Na impossibilidade de aplicação do referido na alínea anterior, a Sociedade recorre a outros contribuidores externos, privilegiando sempre aqueles que estejam relacionados com a emissão do produto, ou seja, aquele contribuidor que tenha sido líder da emissão no mercado primário ou tenha participado na colocação da emissão. Caso não esteja disponível nenhum contribuidor com estas características, é usado o preço fornecido pela entidade estruturadora do produto;
- v) Caso não seja possível aplicar o referido na alínea anterior, a Sociedade recorre a modelos de avaliação internos ou elaborados por entidade independente e especializada;
- vi) Os valores mobiliários em processo de admissão a um mercado regulamentado são valorizados tendo por base os preços de mercado de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, introduzindo-se um desconto que reflita as características de fungibilidade, frequência e liquidez entre as emissões;
- vii) As unidades de participação são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço do mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adotado terá em conta o preço considerado mais representativo, em função designadamente da quantidade, frequência e regularidade das transações; e
- viii) Os outros valores representativos de dívida, incluindo papel comercial, certificados de depósito e depósitos bancários emitidos por prazos inferiores a um ano, na falta de preços de mercado, são valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

m) Sistema de Indemnização aos Investidores

Este sistema garante a cobertura dos montantes devidos aos investidores por um intermediário financeiro que não tenha capacidade financeira para restituir ou reembolsar esses mesmos montantes. O montante das contribuições para o Sistema de Indemnização aos Investidores não desembolsadas encontra-se registado em rubricas “Extrapatrimoniais” como um compromisso irrevogável de desembolso obrigatório em qualquer momento quando solicitado.



2.3. Alterações de políticas contabilísticas

2.3.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2021, a Sociedade não procedeu à alteração voluntária da política contabilística.

2.3.2 Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021:

Alterações à IFRS 16 - Locações - Concessões relacionadas com a COVID-19 ao nível das rendas para além de 30 de junho de 2021

Em 28 de maio de 2020, a alteração à IFRS 16 denominada ‘Concessões relacionadas com a COVID-19’ foi emitida, tendo Introduzido o seguinte expediente prático: um locatário pode optar por não avaliar se uma concessão de renda relacionada a COVID-19 é uma modificação de locação.

Os locatários que optem pela aplicação deste expediente, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas resultantes de uma concessão relacionada com a COVID-19 da mesma forma que contabilizam uma alteração que não seja uma modificação da locação de acordo com a IFRS 16.

Inicialmente, o expediente prático aplicava-se a pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2021, no entanto, devido ao prolongamento do impacto da pandemia, em 31 de março de 2021, o mesmo foi alargado para pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2022. A alteração aplica-se a períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1 de abril de 2021.

Em suma, o expediente prático pode ser aplicado deste que estejam cumpridos os seguintes critérios:

- a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração;
- qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2022; e
- não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação.

Alterações à IFRS 4 – Contratos de Seguro Diferimento da aplicação da IFRS 9

Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em concreto, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 1 de janeiro de 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17.

A isenção temporária referida é de aplicação facultativa e apenas disponível para entidades cujo as suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguros.



Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência - fase 2

Estas alterações fazem parte da segunda fase do projeto “IBOR reform” do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do *benchmark* para as taxas de juro de referência, por uma taxa de juros alternativa (Risk Free Rate (RFR)). As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requeira mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente exigidas pela reforma, sejam tratadas da mesma forma que uma alteração de taxa de juro flutuante, equivalente a um movimento na taxa de juros de mercado;
- Permitir que as mudanças exigidas pela reforma sejam feitas para designações de cobertura e documentação de cobertura sem que a relação de cobertura seja descontinuada;
- Fornecer alívio operacional temporário às entidades que tenham de cumprir o requisito identificável separadamente quando um instrumento RFR é designado como cobertura de um componente de risco.

Estas normas e alterações não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeiras da entidade.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na aplicação das políticas contabilísticas supra descritas, é necessária a realização de estimativas e a adoção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Sociedade. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade correspondem à seleção dos pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios pós-emprego dos Colaboradores, na determinação dos impostos sobre lucros e na determinação das perdas por imparidade.

As responsabilidades com benefícios pós-emprego dos Colaboradores são estimadas utilizando pressupostos atuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere à mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efetuadas (nota 2.2 e)

A Sociedade regista perdas por imparidades destinadas à cobertura dos riscos de realização dos saldos referentes a comissões de gestão dos fundos por receber e despesas pagas pela Sociedade por conta de fundos sob gestão. Nesse sentido, a Sociedade efetua uma análise individual às entidades no sentido de aferir a sua capacidade económico-financeira numa ótica de estimativa da perda esperada, conforme preconizado na IFRS 9 (nota 2.2 i)

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva, originando a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais (nota 2.2 f)

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras sobre os eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma



prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo desta rubrica correspondia a numerário e a depósitos à ordem expressos em euros, domiciliados na Caixa Geral de Depósitos, S.A, os quais não são remunerados:

	2021	2020
Depósitos à ordem	41.143.213	33.843.867
Depósitos a prazo	5.000	-
	<u>41.148.213</u>	<u>33.843.867</u>

5. ATIVOS FINANCEIROS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021								
	Quantidade	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	Custo de aquisição	Prémio	Reserva de justo valor (Nota 9)	Valor de mercado	Juro a receber	Valor de balanço
Títulos de dívida pública									
OT 2,2% 10/2022	219.800	107,53%	102,66%	236.348	(13.537)	2.829	225.640	994	226.634
PGB 0.7% 10/2027	57.000	106,24%	105,22%	60.555	(191)	(387)	59.978	84	60.062
				<u>296.903</u>	<u>(13.728)</u>	<u>2.442</u>	<u>285.618</u>	<u>1.078</u>	<u>286.696</u>

	2020								
	Quantidade	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	Custo de aquisição	Prémio	Reserva de justo valor (Nota 9)	Valor de mercado	Juro a receber	Valor de balanço
Títulos de dívida pública									
OT 2,2% 10/2022	219.800	107,53%	105,23%	236.348	(9.925)	4.872	231.295	994	232.289
				<u>236.348</u>	<u>(9.925)</u>	<u>4.872</u>	<u>231.295</u>	<u>994</u>	<u>232.289</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o prémio na aquisição dos títulos reconhecido na demonstração dos resultados ascendeu a uma perda de 3.803 euros e de 3.614 euros, respetivamente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a Obrigações do Tesouro aceites pelo Sistema de Indemnização aos Investidores (SII) como sendo passíveis de serem dadas em penhor no âmbito da atividade de gestão de carteiras. O penhor das obrigações é refletido em rubricas “Extrapatrimoniais”. Esta carteira é ajustada consoante as necessidades de reforço do penhor decorrentes do nível de responsabilidades perante terceiros, conforme regras determinadas pelo próprio SII.



6. ATIVOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nas rubricas de ativos tangíveis foi o seguinte:

	2021						Valor líquido em 31.12.2021
	Saldos em 31.12.2020		Aquisições	Alienações e abates		Depreciações do exercício	
	Valor bruto	Depreciações acumuladas		Valor bruto	Depreciações		
<u>Outros ativos tangíveis</u>							
Mobiliário e material	482.790	(478.482)	-	-	-	(1.517)	2.791
Equipamento informático	244.431	(244.431)	-	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas	13.330	(13.330)	-	-	-	-	-
Equipamento de transmissão	310.286	(310.077)	-	-	-	(119)	90
Equipamento de segurança	1.192	(1.192)	-	-	-	-	-
Imobilizado em locação financeira							
Equipamento de transporte	564.467	(65.146)	56.229	(142.510)	29.229	(43.236)	399.033
	<u>1.616.496</u>	<u>(1.112.658)</u>	<u>56.229</u>	<u>(142.510)</u>	<u>29.229</u>	<u>(44.872)</u>	<u>401.914</u>

	2020						Valor líquido em 31.12.2020
	Saldos em 31.12.2019		Aquisições	Alienações e abates		Depreciações do exercício	
	Valor bruto	Depreciações acumuladas		Valor bruto	Depreciações		
<u>Outros ativos tangíveis</u>							
Mobiliário e material	482.790	(476.566)	-	-	-	(1.916)	4.308
Equipamento informático	244.431	(244.244)	-	-	-	(187)	-
Máquinas e ferramentas	13.330	(13.330)	-	-	-	-	-
Equipamento de transmissão	310.286	(309.957)	-	-	-	(120)	209
Equipamento de segurança	1.192	(1.192)	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado em locação financeira							
Equipamento de transporte	562.021	(41.448)	230.797	(228.351)	32.782	(56.480)	499.321
	<u>1.614.050</u>	<u>(1.086.737)</u>	<u>230.797</u>	<u>(228.351)</u>	<u>32.782</u>	<u>(58.703)</u>	<u>503.838</u>

O equipamento de transporte constante na conta de Ativos Tangíveis refere-se ao direito de uso adquirido de veículos, em resultado da aplicação da IFRS 16.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, existiam 17 e 20, respetivamente contratos de aluguer de longa duração (ALD) de veículos.



7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nas rubricas de intangíveis foi o seguinte:

	2021				
	Saldos em 31.12.2020		Aquisições	Depreciações do exercício	Valor líquido em 31.12.2021
	Valor bruto	Depreciações acumuladas			
<u>Ativos intangíveis</u>					
Software	3.376.896	(3.351.838)	12.737	(28.594)	9.201
	<u>3.376.896</u>	<u>(3.351.838)</u>	<u>12.737</u>	<u>(28.594)</u>	<u>9.201</u>

	2020				
	Saldos em 31.12.2019		Aquisições	Depreciações do exercício	Valor líquido em 31.12.2020
	Valor bruto	Depreciações acumuladas			
<u>Ativos intangíveis</u>					
Software	3.376.896	(3.268.817)	-	(83.021)	25.058
	<u>3.376.896</u>	<u>(3.268.817)</u>	<u>-</u>	<u>(83.021)</u>	<u>25.058</u>

8. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Devedores e outras aplicações vencidas		
Fundos de investimento imobiliários		
Fundo Promovest	1.573.864	1.834.280
Fundo Golden Eagle	1.340.046	1.340.046
FII Imoplanus	113.133	129.121
FII Maia Imo	87.023	-
FII Fundolis	-	1.008.627
FII Eurofundo	-	290
Adiantamentos a pessoal	288.475	266.942
Floresta Atlântica, SA	117.160	91.299
CGD	68.539	198.879
Imobilizações financeiras - FCT	35.796	30.931
Fundiestamo	33.831	223.189
CGD Pensões, SA	10.938	17.587
Carteiras discricionárias	8.674	298.075
Caixa - Banco de Investimento, SA	4.803	4.339
CGD-DGR	3.607	-



	2021	2020
Restituição de imposto retido	2.147	296.858
IVA a recuperar	-	26.184
Caixa Capital	-	18.505
Fundo Fundiestamo I	-	21
	<u>3.688.036</u>	<u>5.785.173</u>
Rendimentos a receber		
Comissões de gestão discricionária	4.650.756	5.029.764
Comissões de gestão a receber dos fundos		
Comissão de gestão fixa - FIM	1.960.368	1.215.367
Comissões de performance - FIM	442.122	16.343
Comissão de gestão fixa - FII	225.076	241.855
Comissão de gestão variável - FIM	-	621.864
Comissões de aconselhamento	297.357	325.996
Outros serviços - Research	220.063	167.540
Outras comissões - CGD-DGR	2.933	3.117
Comissões a receber por consultoria imobiliária		
CGD Pensões	13.500	-
Fundiestamo	9.133	54.109
Floresta Atlântica	8.967	9.148
	<u>7.830.275</u>	<u>7.685.103</u>
Despesas com encargos diferidos		
Despesas com informação	245.798	161.450
Despesas informáticas	3.026	75.223
Outras despesas	5.947	6.636
Seguros	-	237
	<u>254.771</u>	<u>243.546</u>
Depósitos bancários		
Disponibilidades decorrentes de Fundos Liquidados	8.333.938	7.058.843
Contas escrow	821.640	821.640
CGA Instrumentos PPR	810	998
	<u>9.156.388</u>	<u>7.881.481</u>
Património artístico	<u>45.049</u>	<u>45.049</u>
Excesso de cobertura do Fundo de Pensões (Nota 17)	<u>7.897</u>	<u>90.715</u>
Outros	<u>862.101</u>	<u>-</u>
	<u>21.844.517</u>	<u>21.731.067</u>
Imparidades para devedores e outras aplicações	<u>(3.047.003)</u>	<u>(3.490.073)</u>
	<u>18.797.514</u>	<u>18.240.994</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Devedores e outras aplicações vencidas – Fundos de investimento imobiliário” refere-se a comissões em dívida e a pagamentos efetuados pela Sociedade por conta de fundos sob a sua gestão. Face à reduzida expectativa de recebimento, encontra-se



registada uma imparidade do total dos valores da dívida dos fundos imobiliários Promovest e Golden Eagle.

Os saldos dos devedores Maia Imo e Imoplanus resultam de conjunturas de falta de liquidez, e deverão ser pagos no decorrer do ano 2022, não sendo expeável que a recuperação dos ativos ocorra a médio-longo prazo.

O valor de 296.858 euros, em 2020, diz respeito essencialmente ao valor entregue pela Caixa Gestão de Ativos a entidades isentas aquando do resgate de unidades de participação do Caixa Imobiliário desde 2014. Posteriormente, o valor devolvido seria deduzido ao valor de imposto pago pelo Fundo. Porém, o valor de imposto pago pelo Fundo foi inferior ao valor devolvido aos participantes, pelo que não foi possível fazer a dedução do imposto. Em 31 de dezembro de 2020, este valor encontrava-se totalmente provisionado. Em janeiro de 2021, a Autoridade Tributária procedeu à devolução do referido valor, na sequência dos pedidos de reembolso efetuados pela Caixa Gestão de Ativos em 2017 e 2019, o que originou a reversão da imparidade registada, no exercício de 2021.

A rubrica “Rendimentos a receber - Comissões de gestão discricionária” corresponde às comissões a debitar pela Sociedade relativamente à atividade de gestão discricionária de carteiras.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Rendimentos a receber - Comissões de gestão a receber dos fundos” corresponde às comissões de gestão a receber dos fundos mobiliários e imobiliários, relativas ao mês de dezembro de cada ano. Estas comissões foram recebidas pela Sociedade na sua totalidade em janeiro do ano seguinte.

Em 2021, o saldo de “Outros” no valor de 862.101 euros, diz respeito ao valor de Imposto de Selo - Verba 29 dos Fundos de Investimento do 4º Trimestre de 2021, a pagar pela Sociedade Gestora em janeiro de 2022. De notar que esta rubrica não apresenta comparativos em 2020, porque até esse ano os Fundos é que estavam responsáveis por liquidar e entregar o Imposto do Selo ao Estado.

A rubrica Depósitos Bancários - Contas Escrow respeita a disponibilidades decorrentes dos diversos fundos de investimento mobiliário liquidados que se encontram “cativas” para fazer face a responsabilidades contingentes (ver Nota 10).

A rubrica Depósitos Bancários – Disponibilidades decorrentes de Fundos Liquidados diz respeito a valores cativos para fazer face às responsabilidades contingentes apuradas aquando da liquidação de Fundos de Investimento Imobiliários, conforme apresentado na decomposição dos Outros Passivos (ver Nota 10).

No exercício de 2021 e 2020, a rubrica de Imparidades apresenta a seguinte evolução:

	2021			
	Saldos em 31.12.2020	Dotações	Reposições	Saldos em 31.12.2021
Imparidade para devedores	3.490.073	136.834	(579.904)	3.047.003
	<u>3.490.073</u>	<u>136.834</u>	<u>(579.904)</u>	<u>3.047.003</u>
	2020			
	Saldos em 31.12.2019	Dotações	Reposições	Saldos em 31.12.2020
Imparidade para devedores	3.469.945	20.128	-	3.490.073
	<u>3.469.945</u>	<u>20.128</u>	<u>-</u>	<u>3.490.073</u>



9. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Impostos” da demonstração dos resultados tem a seguinte composição:

	2021	2020
Impostos correntes		
Estimativa de imposto a pagar	4.682.632	2.881.986
Reclassificação do efeito fiscal dos desvios atuariais	15.036	-24.214
Imposto sobre o rendimento do exercício	4.697.668	2.857.772
(Excesso)/Insuficiência de estimativa de imposto do exercício anterior	-	-6.531
	<u>4.697.668</u>	<u>2.851.241</u>
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	(232.706)	106.941
	<u>4.464.962</u>	<u>2.958.182</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os montantes de 15.036 euros e de - 24.214 euros, respetivamente, correspondem à reclassificação para a demonstração do outro rendimento integral do efeito fiscal produzido no imposto corrente do exercício resultante da tributação da variação patrimonial associada aos desvios atuariais registados na rubrica de “Outras reservas”.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, pode ser demonstrada como se segue:

	2021		2020	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		16.960.221		11.471.422
Imposto apurado com base taxa normal	22,50%	3.816.050	22,50%	2.581.070
Custos não aceites	0,05%	8.357	0,01%	1.441
Provisões não aceites (líquido)	0,68%	115.990	-	-
Imparidades (líquido)	-0,32%	(54.979)	-	-
Derrama estadual	4,06%	687.838	3,13%	358.519
Benefícios fiscais por criação líquida de postos de trabalho	-0,09%	(15.541)	-0,11%	(12.519)
Tributação autónoma	0,13%	22.023	0,28%	32.628
Impostos diferidos	-1,37%	(232.706)	0,93%	106.941
Outros (líquido)	0,70%	117.930	-0,96%	(109.898)
	<u>26,33%</u>	<u>4.464.962</u>	<u>25,79%</u>	<u>2.958.182</u>

Os passivos por impostos correntes em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são como seguem:

	2021	2020
Impostos correntes		
Estimativa de impostos correntes do exercício	4.682.632	2.881.986
Pagamentos adicionais por conta e pagamentos por conta	(305.590)	(493.847)
Apuramento de impostos do exercício anterior	2.388.139	-
	<u>6.765.181</u>	<u>2.388.139</u>



De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais podem ser objeto de revisão por parte da Administração Fiscal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Em virtude desta regra, as declarações fiscais da Sociedade respeitantes aos exercícios de 2018 a 2021 poderão vir a ser revistas. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer correção ou liquidação adicional relativamente aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os impostos diferidos ativos referem-se essencialmente a provisões para benefícios a colaboradores e outros. De seguida apresenta-se a variação ocorrida nesta rubrica:

	Valor
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	286.537
Reforço (Dedução) 2020	(106.941)
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	179.596
Reforço (Dedução) 2021	232.706
Reforço (Dedução) 2021 - justo valor de ativos financeiros através de outro rendimento integral - reconhecido em Reservas	87
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	412.389

Os passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, dizem respeito a variação do justo valor de ativos financeiros reconhecidos através de outro rendimento integral. A variação do imposto inerente resultou com referência a 31 de dezembro de 2021, a um saldo imposto diferido passivo de 638 euros e a imposto diferido ativo de 87 euros:

	2019		Reversões		2020		Reversões		2021	
	Base	Imposto	Base	Imposto	Base	Imposto	Base	Imposto	Base	Imposto
Varição do justo valor de ativos financeiros através de outro rendimento integral	5.351	1.204	(479)	(108)	4.872	1.096	(2.430)	(545)	2.442	551
	<u>5.351</u>	<u>1.204</u>	<u>(479)</u>	<u>(108)</u>	<u>4.872</u>	<u>1.096</u>	<u>(2.430)</u>	<u>(545)</u>	<u>2.442</u>	<u>551</u>

10. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição

	2021	2020
Encargos a pagar		
Comissões de depósito a pagar à CGD	907.111	964.715
Encargos com pessoal	832.707	867.420
Pré - reforma	520.418	-
Por gastos gerais administrativos		
Seguros Fidelidade	362.305	243.601
Comissão de manutenção	219.407	-
Bloomberg	154.265	162.771



	2021	2020
Contingências fiscais	125.916	125.916
UBS AG	89.490	-
Serviços Informáticos DSI	80.690	-
Research	58.748	73.204
Ernst & Young	41.605	84.586
Taxa de majoração	39.098	36.750
MSCI	30.213	-
Baker Tilly	25.542	-
Outros	36.862	123.180
	<u>3.524.377</u>	<u>2.682.143</u>
Credores e outros recursos		
Fornecedores		
Locação operacional	398.701	498.241
CGD	117.853	149.032
Outros	44.881	86.044
	<u>561.435</u>	<u>733.317</u>
Credores		
Setor Público Administrativo		
Retenção de impostos	1.050.771	377.291
Segurança Social	110.736	209.631
IVA a pagar	74.231	31.045
Outros	614	606
Contribuições para Fundos de Pensões	38.773	-
	<u>1.275.125</u>	<u>618.573</u>
Outras exigibilidades		
FIIAH Caixa Imobiliário	3.340.656	3.387.809
FIIAH Caixa Arrendamento	3.116.854	3.188.314
Postal Capitalização - Depósito <i>Escrow</i>	763.413	763.412
FII Imomar	749.155	-
FII Imorochoa	694.973	-
FIIAH Cidades de Portugal	402.344	463.750
FII Porto D'ouro	33.512	-
Postal Tesouraria - Depósito <i>Escrow</i>	30.035	30.035
Postal Ações - Depósito <i>Escrow</i>	28.193	28.193
Fundicapital	1.732	17.299
Outros	1.552	(2.726)
	<u>9.162.419</u>	<u>7.876.086</u>
	<u>14.523.356</u>	<u>11.910.119</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo da rubrica “Comissão de depósito a pagar à CGD” corresponde à comissão a pagar à CGD relativamente ao segundo semestre de 2021 e 2020, respetivamente, sendo que aquela entidade atua como banco depositário das carteiras sob gestão discricionária de patrimónios da Sociedade.



A rubrica “Encargos com Pessoal” refere-se aos valores estimados de férias e subsídios de férias, com a respetivos descontos para a Segurança Social, bem como valores de prémios a liquidar.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo da rubrica “Contingências fiscais” refere-se ao acréscimo constituído pela sociedade para fazer face a eventuais contingências no decurso de uma inspeção fiscal a um fundo de investimento.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo com a CGD, diz respeito, sobretudo, a cedências de colaboradores da Caixa Geral de Depósitos à Caixa Gestão de Ativos.

Em 1 de janeiro de 2019 entrou em vigor a IFRS 16 - Locações que veio substituir a IAS 17 - Locações e que estabeleceu novos requisitos relativamente ao âmbito, classificação, reconhecimento e mensuração de locações. A Caixa Gestão de Ativos aplicou os princípios preconizados nesta norma retrospectivamente com os impactos da transição a serem reconhecidos a 1 de janeiro de 2019. No que respeita à demonstração dos resultados, a adoção da IFRS 16 originou alterações nas rubricas de amortizações do exercício, outros gastos operacionais e margem financeira.

A Caixa Gestão de Ativos ao utilizar o expediente prático disponível na transição para a IFRS 16 reconheceu um passivo pelo valor presente dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo subjacente pelo montante do passivo da locação.

A 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica Locação Operacional, corresponde ao valor dos passivos de locação reconhecidos no âmbito da IFRS 16. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional de veículos, por maturidade são os seguintes:

	2021	2020
Até 1 ano	147.049	79.000
Entre 1 ano e 4 anos	251.652	419.241
	<u>398.701</u>	<u>498.241</u>

A rubrica “Outras Exigibilidades” refere-se sobretudo a valores que se encontram sob custódia da Caixa Gestão de Ativos na sequência da liquidação de Fundos de investimento, e que abrangem:

- a) Valores relativos a passivos contingentes de Fundos de Investimento Imobiliário para fazer face a despesas exigíveis, assim como valores relativos a proveitos posteriores à sua liquidação (devoluções de IMI), e que serão devolvidos aos participantes.

<i>Valores em euros</i>				
Fundos Liquidados	Data da liquidação	Valor Retido	Variação	Valor atual
Caixa Imobiliário	21-11-2019	3.562.384	- 221.728	3.340.656
Caixa Arrendamento	21-11-2019	3.391.077	- 274.223	3.116.854
Cidades de Portugal	25-05-2020	481.873	- 79.529	402.344
Imomar	29-03-2021	580.264	168.891	749.155
Imorocha	22-10-2021	699.292	- 4.319	694.973
Porto Douro	17-12-2021	85.295	- 51.783	33.512
Fundicapital	14-11-2019	158.727	- 156.995	1.732

- b) Valores relativos aos participantes dos Fundos de Investimento Mobiliário “Postal”, aos quais não foi possível realizar o pagamento do produto da liquidação correspondente às suas unidades de participação na data da liquidação. Para este efeito a Caixa Gestão de Ativos celebrou contratos de “Depósito Escrow” com a CGD, com a abertura de contas que apenas poderão ser



movimentadas a débito para pagamento individualizado aos participantes do Fundo indicados nos referidos contratos, mediante solicitação desse pagamento pelo participante e contra a entrega da respetiva declaração de quitação devidamente assinada.

<i>Valores em euros</i>				
Fundos Liquidados	Data da liquidação	Depósito inicial	Valor quitado	Saldo atual
Postal Capitalização	12-12-2017	951.554	188.141	763.413
Postal Tesouraria	08-10-2014	175.424	145.389	30.035
Postal Ações	03-05-2016	115.098	86.905	28.193

11. CAPITAL REALIZADO E PRÉMIOS DE EMISSÃO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Sociedade encontrava-se representado por 1.860.000 ações com um valor nominal de cinco euros cada, integralmente subscritas e realizadas, sendo detidas integralmente, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 pela Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para efeitos de distribuição de dividendos nem para aquisição de ações próprias.

Conforme referido na Nota Introdutória, no âmbito do processo de Reorganização Societária do Grupo Caixa Geral de Depósitos, a 23 de dezembro de 2019 concretizou-se a fusão por incorporação da Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. na Caixa Gestão de Ativos Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A., entretanto renomeada para Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. Tendo em conta que o capital social de ambas as Sociedades Participantes é detido integralmente pela CGD, não houve lugar a troca de participações sociais, mantendo-se a CGD como acionista única da Sociedade Incorporante em resultado da fusão.

O património aportado pela Fundger à Caixa Gestão de Ativos foi integralmente alocado a uma reserva de fusão, distribuída à CGD, através de dividendos, durante o ano de 2020.



12. OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL, LUCROS RETIDOS, OUTRAS RESERVAS, E RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2021	2020
Reservas de reavaliação		
Variação do justo valor de ativos financeiros através de outro rendimento integral (nota 5 e 9)	1.891	3.775
Imobilizações financeiras	(777)	349
	<u>1.114</u>	<u>4.124</u>
Reserva legal	9.300.000	9.300.000
Reservas livres	6.752.535	10.154.295
Outras reservas		
Ganhos atuariais e financeiros	(222.146)	(155.318)
Impacto fiscal dos desvios atuariais e financeiros	37.690	22.655
Outras	496.709	496.709
	<u>16.364.788</u>	<u>19.818.341</u>
Resultado líquido do exercício	<u>12.495.259</u>	<u>8.513.240</u>
	<u>28.861.161</u>	<u>28.335.705</u>

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de setembro, a Sociedade constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Aplicação de resultados

Por Deliberação Unânime por Escrito do acionista único da Caixa Gestão de Ativos, datada de 25 de junho de 2021, foi aprovada a aplicação do resultado do exercício de 2020, no valor de 8.513.240,25 euros, em dividendos, e a distribuição de reservas livres no montante de 3.401.760 euros.

13. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE JUROS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2021	2020
Rendimentos de juros		
Juros de ativos financeiros contabilizados ao justo valor através de outro rendimento integral	4.970	4.838
	<u>4.970</u>	<u>4.838</u>
Encargos de juros		
Juros de locações financeiras - viaturas	(4.202)	(5.065)
	<u>(4.202)</u>	<u>(5.065)</u>
	<u>768</u>	<u>(227)</u>



14. RENDIMENTOS/ENCARGOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Rendimentos de serviços e comissões tem a seguinte composição:

	2021	2020
Rendimentos de taxas e comissões		
Fundos de Investimento Mobiliários		
Comissão de gestão fixa	18.793.424	12.351.450
Comissão de gestão de performance	442.122	16.342
Comissão de gestão variável	-	621.864
	<u>19.235.546</u>	<u>12.989.656</u>
Fundos de Investimento Imobiliários		
Comissão de gestão fixa - Fundo Aberto	1.517.306	1.492.591
Comissão de gestão fixa - Fundo Fechados	1.322.672	1.083.934
	<u>2.839.978</u>	<u>2.576.525</u>
	<u>22.075.524</u>	<u>15.566.181</u>
Gestão discricionária de carteiras		
Comissão de gestão fixa	5.831.323	6.741.566
Comissão de aconselhamento	1.206.419	1.055.624
Comissão de performance	200.724	4.139
	<u>7.238.466</u>	<u>7.801.329</u>
	<u>29.313.990</u>	<u>23.367.510</u>

A rubrica de Comissão de gestão fixa dos Fundos Mobiliários e do Fundo Imobiliário Aberto resulta da comissão de gestão definida nos Regulamentos de Gestão dos Fundos, a qual passou a ser repartida pela entidade gestora e pela entidade comercializadora (conforme n.º 2 do artigo 139.º do RGOIC republicado pelo Decreto-Lei n.º 144/2020). Desta forma, a Sociedade recebe diretamente dos Fundos apenas a parte correspondente à gestão dos mesmos, deixando de liquidar à entidade comercializadora (CGD) as comissões de comercialização, uma vez que estas são pagas diretamente dos Fundos.

Em 2021, as comissões de gestão de performance foram superiores porque as rendibilidades relativas dos fundos com este tipo de comissão atingiram níveis de rentabilidade mais favoráveis face aos registados no ano anterior.

Em 2021 a comissão de gestão variável foi nula porque rentabilidade do fundo Caixa Disponível não foi positiva.



Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica de Encargos com taxas e comissões tem a seguinte composição:

	2021	2020
Encargos de taxas e comissões		
Comissões de depósito - CGD	(1.842.551)	(1.944.376)
Comissão de manutenção de conta	(329.122)	-
Comissões de pagamentos de dividendos	(2.851)	(44.204)
Taxa de supervisão		
Carteiras de património sob gestão	(300.000)	(302.000)
Taxa de majoração	(21.433)	(17.188)
Outras taxas CMVM	(2.500)	-
Outros	(3.029)	(17.356)
	<u>(2.501.486)</u>	<u>(2.325.124)</u>
	<u>(2.501.486)</u>	<u>(2.325.124)</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Comissões de depósito” corresponde, à comissão cobrada pela CGD como banco depositário das carteiras de patrimónios sob gestão da Sociedade.

A “Comissão de manutenção de conta” resulta de uma taxa que o banco começou a cobrar em 2021 sobre os saldos das contas à ordem.

15. RENDIMENTOS E ENCARGOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estas rubricas tem a seguinte composição:

	2021	2020
Outros encargos operacionais		
Rendas de locação operacional		
Equipamento de transporte	(39.097)	(51.801)
Outro equipamento	(942)	6.087
Quotizações e donativos	(54.938)	(66.871)
Contribuições-Sistema de Indemnização aos Investidores	(5.000)	(5.000)
Multas fiscais	(2.351)	(2.372)
Risco operacional	(3.748)	(2.136)
Outras	(3.387)	(6.440)
	<u>(109.463)</u>	<u>(128.533)</u>
Outros rendimentos operacionais		
Cedências	1.215.881	1.206.470
Consultoria	292.318	242.194
Research	220.063	167.540
Seleção de preços - CGD	32.807	38.229
Outros	15.515	7.408
	<u>1.776.584</u>	<u>1.661.841</u>
	<u>1.667.121</u>	<u>1.533.308</u>



Em 2021 e em 2020, a Caixa Gestão de Ativos imputou custos de *research* aos Fundos de Investimento Mobiliários, sob a sua gestão, e CGD Pensões, conforme limites previstos e divulgados nos Relatórios de Gestão de cada Fundo.

16. ENCARGOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Nota	2021	2020
Salários e vencimentos			
Empregados			
Remunerações		5.048.395	4.811.661
Rescisões por Mútuo Acordo (RMA)		133.498	671.433
Contribuições para o Fundo de Pensões			
Plano de contribuição definida	17	68.640	(37.315)
Plano de benefícios definidos	17	15.989	18.582
Órgãos de administração e fiscalização			
Remunerações	22	426.503	343.346
Plano de contribuição definida	17	4.143	(1.160)
		<u>5.697.168</u>	<u>5.806.547</u>
Encargos sociais			
Segurança social e Fundo de compen. do trabalho		1.072.624	1.183.803
Outros		20.394	22.651
		<u>1.093.018</u>	<u>1.206.454</u>
Outros custos com o pessoal			
Encargos sociais facultativos		212.233	260.790
Outros		2.200	2.085
		<u>214.433</u>	<u>262.875</u>
		<u>7.004.619</u>	<u>7.275.876</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o número de colaboradores era de 107 e de 113, respetivamente. Este número não inclui os Colaboradores cedidos por outras empresas do Grupo, cujos respetivos gastos se encontram registados na rubrica “Outros encargos administrativos”. No decorrer de 2021 e de 2020, saíram ao abrigo dos programas de Rescisão por Mútuo Acordo, 1 e 3 colaboradores, respetivamente, cujo valor de indemnizações se encontra apresentado na rubrica “Rescisões por Mútuo Acordo (RMA)”.



17. RESPONSABILIDADES COM PENSÕES

Conforme indicado em maior detalhe na Nota 2.2.e), a Caixa Gestão de Ativos assumiu o compromisso de atribuir complementos de pensões de reforma e sobrevivência aos seus Colaboradores provenientes da ex-Investil.

Para determinação das responsabilidades por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi efetuado um estudo atuarial pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., considerando os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

	2021	2020
Pressupostos financeiros		
Taxa de crescimento das pensões	0.80%	0.80%
Taxa de crescimento salarial futura	0.80%	0.80%
Indexante de Apoios Sociais - Decreto-Lei nº187/07	438.81	438.81
Taxa de desconto	1.35%	1.10%
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)
Mulheres	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)
Idade de reforma antecipada	55	55
Idade de reforma (1)	66	66
Método atuarial	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit
Caracterização da população		
Nº de participantes	6	7
Idade média (anos)	54	54
Antiguidade média (anos)	28	28
Salário médio anual (euros)	47,699	45,724
Folha anual de salários(euros)	286,196	320,068
Beneficiários reformados		
Nº de pessoas	2	1
Idade média (anos)	65	70
Pensões totais anuais (euros)	22,821	13,843

(1) De acordo com o Decreto-Lei nº167-E/2013, de 31 de Dezembro

Adicionalmente, foram ainda considerados os seguintes pressupostos:

- (i) No cálculo da pensão da Segurança Social, tomou-se como crescimento salarial para a carreira contributiva passada o Índice de Preços do Consumidor sem habitação, acrescido de meio ponto percentual, por não se encontrar disponível informação sobre os salários referentes a esse período;
- (ii) Para efeito da revalorização de salários futuros, utilizados no cálculo das remunerações de referência, estimou-se o Índice de Preços do Consumidor sem habitação em 0,8%;
- (iii) Assumiu-se que 40% dos participantes com direito à reforma antecipada reformar-se-ão aos 55 anos e os restantes 60% à idade normal de reforma;



- (iv) Para o cálculo das pensões de sobrevivência diferida, foi assumido que 80% dos participantes são casados, sendo os cônjuges três anos mais novos;
- (v) Foi estabelecido que a pensão de orfandade seria atribuída aos filhos até aos 24 anos de idade, se o trabalhador estiver na situação de reforma por velhice à data do falecimento.

As responsabilidades por pensões de reforma em 31 de dezembro de 2021 e 2020, calculadas de acordo com os pressupostos acima indicados, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2021	2020
Responsabilidades por serviços passados do pessoal		
Saldos iniciais	980.199	1.059.482
Custo do serviço corrente	16.802	18.332
Custo do juro	10.831	15.973
Pagamento de pensões de reforma	(21.106)	(12.374)
(Ganhos)/Perdas atuariais por alterações de pressupostos	(44.127)	24.393
(Ganhos)/Perdas atuariais por desvios entre pressupostos e os valores efetivamente verificados	138.856	(125.607)
Saldos finais	<u>1.081.455</u>	<u>980.199</u>
Valor patrimonial das unidades de participação afetadas ao Plano de Pensões "Caixa Reforma Ativa"		
Saldos iniciais	1.070.914	1.061.162
Contribuições	-	-
Rendimento dos ativos do Fundo	11.644	15.723
Pagamento de pensões de reforma	(21.106)	(12.374)
Ganhos/(Perdas) financeiros	27.901	6.403
Saldos finais	<u>1.089.353</u>	<u>1.070.914</u>
Excesso de cobertura do Fundo de Pensões (Nota 8)	<u>7.897</u>	<u>90.715</u>

O movimento ocorrido nos desvios atuariais e financeiros nos exercícios de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	Nota	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12	(262.935)
Ganhos/(perdas) atuariais de 2020		101.214
Ganhos/(perdas) financeiros de 2020		6.403
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12	(155.318)
Ganhos/(perdas) atuariais de 2021		(94.729)
Ganhos/(perdas) financeiros de 2021		27.901
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12	<u>(222.146)</u>



Nos últimos cinco exercícios, as responsabilidades por serviços passados da Sociedade de acordo com os estudos atuariais efetuados e os respectivos ativos alocados à sua cobertura, apresentavam o seguinte detalhe:

	2021	2020	2019	2018	2017
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
Ativos	616.234	741.098	815.724	711.740	631.300
Reformados	465.222	239.101	243.757	215.320	206.900
	<u>1.081.456</u>	<u>980.199</u>	<u>1.059.481</u>	<u>927.060</u>	<u>838.200</u>
Cobertura das responsabilidades:					
Valor patrimonial do Fundo	<u>1.089.353</u>	<u>1.070.914</u>	<u>1.061.162</u>	<u>946.693</u>	<u>986.620</u>
Excesso (insuficiência) de cobertura do Fundo de pensões:	7.897	90.715	1.681	19.633	148.420
Nível de financiamento	100,73%	109,25%	100,16%	102,12%	117,71%

Os custos com pensões relativos ao plano de benefícios definidos supra descrito, com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, podem ser detalhados como se segue (Nota 16):

	2021	2020
Custos do serviço corrente	16.802	18.332
Proveito / custo líquido de juros com o plano de pensões	(813)	250
	<u>15.989</u>	<u>18.582</u>

A política de investimentos do Fundo de Pensões regula-se por regras de rentabilidade, liquidez, segurança, diversificação e dispersão dos investimentos. Aquela política, encontrando-se balizada pelas normas regulamentares aplicáveis emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, segue um modelo de gestão por *benchmarks*, onde se define mínimos e máximos de exposição a cada classe de ativos e índices de referência de cada classe face aos quais é medida a performance. O modelo de gestão do Fundo não é especificamente orientado para a minimização do *mismatch* entre os ativos e passivos, pela dificuldade em estabelecer uma estratégia de imunização eficaz dada a elevada maturidade residual das responsabilidades.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, uma análise de sensibilidade a uma variação dos principais pressupostos financeiros reportada àquelas datas conduziria aos seguintes impactos no valor atual das responsabilidades por serviços passados da Sociedade:

	2021		
	Cenário em vigor	Cenário I	Cenário II
Taxa de desconto	1.35%	0.85%	1.85%
Taxa de crescimento salarial	0.80%	0.80%	0.80%
Taxa de crescimento de pensões	0.80%	0.80%	0.80%
Estimativa de responsabilidade por serviços passados	<u>1,081,456</u>	<u>1,172,417</u>	<u>1,000,588</u>
Impacto		<u>90,961</u>	<u>(80,868)</u>



	2020		
	Cenário em vigor	Cenário I	Cenário II
Taxa de desconto	1,10%	0,60%	1,60%
Taxa de crescimento salarial	0,80%	0,80%	0,80%
Taxa de crescimento de pensões	0,80%	0,80%	0,80%
Estimativa de responsabilidade por serviços passados	980.199	1.067.980	902.558
Impacto		87.781	(77.641)

Adicionalmente, em 2002, a Sociedade, também designada por “Associado”, subscreveu Adesões Coletivas ao Fundo de Pensões Caixa Reforma Ativa, ao Fundo de Pensões Caixa Reforma Valor e ao Fundo de Pensões Caixa Reforma Prudente, que financiam um Plano de Pensões que se consubstancia num plano de contribuição definida, independente da Segurança Social, e classifica-se como contributivo.

O Plano tem como objetivo garantir o pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez, bem como de pensões de sobrevivência imediata (viuvez e orfandade). Cumulativamente, e sobre os valores resultantes das contribuições dos participantes, os benefícios podem ser acedidos nas situações de pré-reforma, reforma antecipada, desemprego de longa duração, incapacidade permanente para o trabalho e doença grave.

De acordo com o estipulado no Plano de Pensões o acesso aos benefícios apenas será possível quando for atribuída ao trabalhador uma pensão ao abrigo do regime de previdência que lhe seja aplicável, e será realizado em função do tipo de contribuições efetuadas, podendo estas ser da empresa ou do participante. Assim, relativamente às contribuições efetuadas pela Sociedade: (i) o pagamento dos benefícios pode ser feito através de um contrato de seguro de renda imediata celebrado em nome e por conta do Beneficiário, através de uma seguradora; (ii) sem prejuízo da opção enunciada anteriormente, as mesmas contribuições podem ser ainda remidas em capital até ao máximo de um terço do seu valor atual (caso não seja possível assegurar o pagamento de uma pensão cuja prestação mensal seja superior à décima parte da retribuição mínima mensal garantida para a generalidade dos trabalhadores em vigor à data da remição então a remição é efetuada pela totalidade dos montantes existentes. No que diz respeito ao pagamento dos benefícios resultante das contribuições do participante, esse pode ser efetuado sob a forma de pensão, capital ou qualquer combinação destas formas, consoante a manifestação de vontade do beneficiário, e as condições de remição enunciadas na alínea (ii).

O Plano abrange os trabalhadores efetivos da Sociedade (excluindo os provenientes da ex – Investil) e os ex-trabalhadores efetivos que tenham completado, em data posterior à da constituição do plano, um mínimo de dez anos consecutivos ao serviço da Sociedade, contados a partir da data da respetiva admissão.

A remuneração definitiva para o apuramento das contribuições é composta pelo vencimento base, acrescido dos subsídios de isenção de horário de trabalho e de disponibilidade e de outras remunerações auferidas a título regular. Como tempo de serviço é considerado o número de anos completos e consecutivos ao serviço da Sociedade.

O financiamento do plano de pensões encontra-se a cargo do Associado, através da contribuição inicial e das contribuições trimestrais. A contribuição trimestral a favor de cada participante é calculada da seguinte forma: $2\% \times$ soma das remunerações mensais desse trimestre. O Associado poderá ainda, sempre que o entender, efetuar contribuições extraordinárias.



A Sociedade reconheceu como gastos no exercício de 2021 contribuições de 68.640 euros. Sobre o exercício de 2020 as contribuições totalizaram 95.082 euros, tendo sido efetuadas através do montante existente na conta residual do associado. (Nota 16)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as contribuições foram investidas em unidades de participação do Fundo Caixa Reforma Valor, do Fundo Caixa Reforma Ativa e do Fundo Caixa Reforma Prudente, com o seguinte detalhe:

	Nº de unidades de participação		Valor de mercado	
	2021	2020	2021	2020
Fundo Caixa Reforma Valor	95.998	92.518	675.279	613.154
Fundo Caixa Reforma Ativa	42.005	42.000	589.065	579.499
Fundo Caixa Reforma Prudente	27.998	27.974	165.279	165.301
	<u>166.001</u>	<u>162.492</u>	<u>1.429.623</u>	<u>1.357.954</u>

A composição das carteiras dos fundos acima identificados assenta, sobretudo, numa política de investimento moderada, sendo os fundos compostos maioritariamente por obrigações.

18. OUTROS ENCARGOS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Serviços especializados		
Informações	1.641.250	1.091.038
Informática	769.445	1.252.634
Consultores e auditores	161.833	213.694
Outros	119.664	90.017
Cedências de pessoal		
CGD	1.040.585	896.079
CGD Pensões	93.791	85.390
Caixa Serviços Partilhados	28.676	25.774
Rendas e alugueres		
Rendas e alugueres	313.935	289.467
Comparticipação nas despesas do edifício	64.356	70.287
Outros serviços		
Despesas de formação	47.907	9.078
Publicidade	25.540	32.035
Deslocações e estadas	16.831	28.732
Comunicação e despesas de expediente	15.579	20.102
Outros	27.053	32.195
	<u>4.366.445</u>	<u>4.136.522</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica “Cedências de pessoal” corresponde aos custos suportados com a cedência de pessoal por parte da CGD e de outras empresas do Grupo CGD.



19. PROVISÕES

O movimento ocorrido na rubrica de “Provisões”, no exercício de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	2021			
	Saldos em 31.12.2020	Dotações	Reversões	Saldos em 31.12.2021
Provisões				
Pensões e outras obrigações de benefício definido pós-emprego	702.864	489.122	-	1.191.986
Outras provisões	192.527	26.389	(503)	218.412
	<u>895.391</u>	<u>515.511</u>	<u>(503)</u>	<u>1.410.398</u>

	2020			
	Saldos em 31.12.2019	Dotações	Reversões	Saldos em 31.12.2020
Provisões				
Pensões e outras obrigações de benefício definido pós-emprego	1.204.267	-	(501.403)	702.864
Outras provisões	164.793	27.734	-	192.527
	<u>1.369.060</u>	<u>27.734</u>	<u>(501.403)</u>	<u>895.391</u>

A provisão para pensões e outras obrigações de benefício definido pós-emprego, foi constituída no âmbito do Programa de Pré-Reforma do Grupo CGD.

Em setembro de 2021, foi constituída uma provisão para Pré-Reforma no valor de 489.122 euros, a qual reflete o montante do PPR dos Colaboradores que reúnem condições para aderir ao mesmo em 2023 e 2024

Em 2020, procedeu-se à reversão da provisão no valor de 442.206 euros, pelo facto de um dos colaboradores para o qual tinha sido constituída provisão para a situação de Pré-Reforma, ter saído da empresa por RMA. O valor de 59.197 euros reflete o ajuste anual da provisão.

O valor da rubrica de “Outras provisões” refere-se a diversas contingências relativas a despesas com pessoal, e eventuais coimas e passivos contingentes.

Contingências judiciais

Em 31 de dezembro de 2021, a Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, SA, por si e na qualidade de liquidatária do FIIAH Caixa Arrendamento, é Ré num processo judicial (Proc. 3356/19.8T8VFR) cujo valor ascende a 165.000 euros. Encontrando-se este valor provisionado nas contas do FIIAH Caixa Arrendamento (liquidado), que é principal devedor, a Comissão Executiva não constituiu qualquer provisão dado estar convicta que a Sociedade Gestora não será condenada no pagamento de qualquer quantia, assim como não foi condenada num processo semelhante (Proc. 4693/17.1T8VIS) que transitou em julgado em 2021.



20. ATIVOS GERIDOS

Conforme referido na Nota Introdutória, a atividade da Sociedade consiste na administração, gestão e representação de Fundos de Investimento Mobiliários e Imobiliários. Adicionalmente, a Sociedade administra carteiras pertencentes a terceiros.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o volume sob gestão relativo aos fundos de investimento mobiliário geridos pela Sociedade podem ser resumidos como se segue:

	Valor Global Líquido do Fundo	
	2021	2020
Fundos Mobiliários		
Caixa Ações Líderes Globais	2.161.271.781	1.129.631.905
Caixa Seleção Global Moderado	1.459.246.136	881.836.630
Caixa Seleção Global Defensivo	517.410.247	355.094.034
Caixa Disponível	454.742.486	629.221.826
Caixa Seleção Global Arrojado	373.236.998	219.525.493
Caixa Moderado PPR / OICVM	356.843.703	123.869.021
Caixagest Obrigações	243.380.539	220.023.381
Caixa Wealth Moderado	180.672.918	183.396.041
Caixa Wealth Defensivo	152.854.729	163.110.545
Caixa Obrigações Longo Prazo	144.664.692	92.615.207
Caixa Investimento Socialmente Responsável	143.342.184	135.571.355
Caixa Defensivo PPR / OICVM	130.117.542	76.270.982
Caixa Arrojado PPR / OICVM	109.558.243	35.071.848
Caixagest Imobiliário Internacional	105.291.461	102.548.659
Caixagest Obrigações Mais	97.496.142	137.103.596
Caixa Ações EUA	87.396.541	83.082.035
Caixa Private Equity	63.944.310	63.008.769
Caixagest Infraestruturas	62.315.143	67.091.922
Caixa Acções Europa Socialmente Responsável	28.408.553	22.154.934
Caixa Ações Portugal Espanha	19.444.291	19.247.359
Caixa Ações Oriente	16.903.631	14.642.527
Caixa Wealth Arrojado	14.068.177	13.874.398
Caixagest Oportunidades	11.536.607	14.209.186
Caixagest Acções Emergentes	9.933.056	7.957.882
Caixagest Energias Renováveis	7.550.973	7.850.067
	<u>6.951.631.083</u>	<u>4.798.009.604</u>



Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o volume sob gestão relativo aos Fundos de Investimento Imobiliários geridos pela Sociedade podem ser resumidos como se segue:

	Valor Global Líquido do Fundo	
	2021	2020
Fundos Imobiliários		
Fundimo	626.947.328	609.372.585
Saudeinvest	150.040.384	168.457.771
Fundolis	45.428.284	47.170.241
Salinas	23.185.138	22.170.732
Gaia Douro	17.153.629	14.725.165
Multinvest	10.116.571	9.937.793
Crescendis	8.939.316	11.228.629
Imoplanus	7.511.432	7.760.966
Maia Imo	2.432.745	2.736.000
Porto D´Ouro (1)	-	24.160.092
Imomar (1)	-	10.399.959
Imorochoa (1)	-	3.157.274
	<u>891.754.827</u>	<u>931.277.207</u>

(1) Fundo liquidado em 2021

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Sociedade prestava serviços de administração e gestão de carteiras, sendo o total de ativos geridos de 12.569.556.378 euros e de 10.280.756.520 euros, respetivamente. Este decréscimo no valor dos ativos geridos deveu-se à transferência da carteira de um grande cliente institucional do serviço de gestão de carteiras para o serviço de aconselhamento.

As demonstrações financeiras, com referência a 31 de dezembro de 2021, dos 25 fundos de investimento mobiliários e dos 9 fundos de investimento imobiliários acima mencionados foram examinados por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a qual emitiu os respetivos relatórios de auditoria a 9 de fevereiro de 2022 e 17 de fevereiro de 2022, respetivamente. Os Relatórios de Auditoria dos fundos denominados “Caixa Private Equity - Fundo de Investimento Alternativo em Valores Mobiliários” e “Fundo de Investimento Alternativo em Valores Mobiliários Caixa Infraestruturas”, incluem reservas por limitação de âmbito em relação à indisponibilidade de informação financeira atualizada para suporte à valorização de alguns investimentos. Adicionalmente, o Relatório de Auditoria do “Fundo Especial de investimento Caixagest Imobiliário Internacional” inclui uma ênfase sobre a elevada exposição do seu ativo ao mercado imobiliário que implicaria a sua conversão em Fundo Especial de Investimento Imobiliário, encontrando-se a Entidade Gestora a aguardar a aprovação da CMVM para se efetivar a referida conversão. É nossa expectativa que as situações identificadas nos relatórios de auditoria dos fundos sob nossa gestão não tenham impactos materialmente relevantes na continuidade das operações dos Fundos e nas demonstrações Financeiras da Caixa Gestão de Ativos SGOIC, S.A.

21. SISTEMA DE INDEMNIZAÇÃO AOS INVESTIDORES (SII)

A Sociedade detém na rubrica “Ativos financeiros disponíveis para venda” Obrigações do Tesouro aceites pelo SII passíveis de serem dadas em penhor no âmbito dos ativos sob gestão. Conforme referido na Nota 2. m), este sistema garante a cobertura dos montantes devidos aos investidores por um intermediário financeiro que não tenha capacidade financeira para restituir ou reembolsar esses mesmos montantes. Esta carteira é ajustada consoante as necessidades de reforço do penhor decorrentes do nível de responsabilidades perante terceiros (Nota 20), conforme regras determinadas pelo próprio SII.



22. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os principais saldos do balanço e os resultados gerados pela Sociedade em transações efetuadas com entidades do Grupo CGD foram os seguintes:

		2021					
Nota	CGD	CGD Pensões	Caixa Capital	Caixa Serviços Partilhados	Caixa BI	Total	
Ativo							
Depositos à ordem	4	50.299.601	-	-	-	50.299.601	
Depositos a prazo	4	5.000	-	-	-	5.000	
Outros ativos	8	75.079	216.917	-	4.803	296.799	
		<u>50.379.680</u>	<u>216.917</u>	<u>-</u>	<u>4.803</u>	<u>50.601.400</u>	
Passivo							
Outros passivos	10	(1.244.371)	(7.111)	(2.580)	-	(1.254.062)	
		<u>(1.244.371)</u>	<u>(7.111)</u>	<u>(2.580)</u>	<u>-</u>	<u>(1.254.062)</u>	
Gastos e perdas							
Comissões	14	(2.169.172)	-	-	-	(2.169.172)	
Outros encargos administrativos	18	(1.443.833)	(93.791)	(28.676)	(7.262)	(1.573.562)	
Rendimentos e ganhos							
Comissões	14	-	764.693	-	-	764.693	
Outros rendimentos operacionais	15	900.440	332.902	113.490	53.946	1.400.778	
		<u>(2.712.565)</u>	<u>1.003.804</u>	<u>113.490</u>	<u>(28.676)</u>	<u>(1.577.263)</u>	
		2020					
Nota	CGD	CGD Pensões	Caixa Capital	Caixa Serviços Partilhados	Caixa BI	Total	
Ativo							
Disponibilidades	4	41.725.348	-	-	-	41.725.348	
Outros ativos	8	486.293	284.830	18.505	4.339	793.967	
		<u>42.211.641</u>	<u>284.830</u>	<u>18.505</u>	<u>4.339</u>	<u>42.519.315</u>	
Passivo							
Outros passivos	10	(1.113.747)	(9.340)	(2.681)	-	(1.125.768)	
		<u>(1.113.747)</u>	<u>(9.340)</u>	<u>(2.681)</u>	<u>-</u>	<u>(1.125.768)</u>	
Gastos e perdas							
Comissões	14	(2.005.216)	-	-	-	(2.005.216)	
Outros encargos administrativos	18	(1.290.523)	(85.390)	(25.774)	(5.977)	(1.407.664)	
Rendimentos e ganhos							
Comissões	14	-	919.030	-	-	919.030	
Outros rendimentos operacionais	15	932.774	263.700	112.164	4.239	1.312.877	
		<u>(2.362.965)</u>	<u>1.097.340</u>	<u>86.390</u>	<u>(5.977)</u>	<u>(1.180.973)</u>	

Órgãos de gestão

No exercício de 2020 e até 3 de março de 2021, os membros do Conselho de Administração da Sociedade foram:

- Tiago Ravara Belo de Oliveira Marques
- Fernando Manuel Domingos Maximiano (renúncia com efeitos a 1 de abril de 2021)
- Paula Cristina Cândido Geadá
- Ricardo César Ventura Ferreira Reis
- Sofia Bento dos Santos Pereira



Em 3 de março de 2021, foi nomeado novo Conselho de Administração, com a seguinte composição:

- Paula Cristina Cândido Geada
- Ana Cristina Vale Brízido
- José Pedro Gomes Rodrigues
- Ricardo César Ribeiro Ventura Ferreira Reis

Nenhum dos membros do Conselho de Administração contraiu créditos junto da Sociedade nem detém títulos representativos do seu capital social.

Órgão de fiscalização

No exercício de 2020 e até 3 de março de 2021, os membros do Conselho Fiscal eram:

- Jorge Fernando Regateiro de Jesus Carvalheiro
- Florence Mendes Correia Carp Pinto Basto (renúncia com efeitos a 1 de dezembro de 2021)
- Vitor Manuel Sequeira Simões
- Tânia Sofia Luís Mineiro (suplente)

Em 3 de março de 2021, foi nomeado novo Conselho Fiscal, com a seguinte composição:

- Jorge Fernando Regateiro de Jesus Carvalheiro
- Maria Manuel Cruzeiro Seabra da Costa
- Vitor Manuel Sequeira Simões
- Tânia Sofia Luís Mineiro (suplente)

As remunerações atribuídas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 aos órgãos de gestão e de fiscalização ascenderam a 426.503 euros e 343.346 euros, respetivamente (Nota 16).

Revisor Oficial de Contas

Os honorários da Ernst & Young Audit & Associados, SROC, Revisor Oficial de Contas, para o exercício de 2021, excluindo Imposto Sobre o Valor Acrescentado, apresentam-se abaixo:

	Remuneração
	Exercício de 2021 (€)
Certificação Legal das Contas à sociedade	17.500
Elaboração do relatório sobre o Controlo Interno	24.200
Procedimentos de salvaguarda de bens de clientes	3.775
Total:	21.275

Nota: aos valores mencionados acresce IVA



23. PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Todos os proveitos gerados pela atividade da Sociedade resultaram de operações realizadas em Portugal.

24. CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as demonstrações financeiras da Sociedade foram incluídas nas contas consolidadas da Caixa Geral de Depósitos, S.A., as quais se encontram disponíveis na sua sede social, na Av. João XXI, 63 – 1000-300 Lisboa.

25. JUSTO VALOR E RISCOS FINANCEIROS

Justo valor

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o Conselho de Administração da Sociedade entende que o justo valor dos instrumentos financeiros ativos e passivos registados ao custo amortizado não difere significativamente do seu valor contabilístico. Por outro lado, as Obrigações do Tesouro registadas na rubrica “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” encontram-se valorizadas ao justo valor apurado com base na cotação divulgada na Reuters e/ou Bloomberg.

Risco de crédito

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra diretamente exposta a risco de crédito. De referir que os ativos da Sociedade correspondem, essencialmente, a disponibilidades e aplicações junto da CGD, Obrigações do Tesouro, bem como a comissões de gestão a receber dos Fundos mobiliários e das carteiras por si geridas.

Risco de taxa de juro, de liquidez e de mercado

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de taxa de juro, de liquidez e de mercado. De referir que a Sociedade aplica os seus excedentes de tesouraria em aplicações financeiras domiciliadas na CGD e em Obrigações do Tesouro. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Sociedade não tinha contraído financiamentos.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não foram identificados eventos subsequentes relevantes após 31 de dezembro de 2021.

27. EVENTOS CONTINGENTES – COVID 19

Na sequência do surto pandémico COVID-19, o Conselho de Administração da sociedade gestora do Fundo tomou medidas de minimização dos riscos resultantes do desenvolvimento da pandemia e ativou o plano de contingência, passando a atividade a ser desenvolvida no edifício sede e em regime de teletrabalho.

Apesar da pandemia, a conjuntura de retoma económica e os avanços na vacinação em vários países, contribuíram para que a generalidade dos mercados acionistas registasse ganhos em 2021, com vários



índices a atingirem novos máximos históricos. O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica mundial e os seus efeitos nos mercados de capitais, considerando que as atuais circunstâncias excecionais decorrentes da pandemia não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.

No que respeita ao mercado imobiliário, os peritos avaliadores consideram que as avaliações foram realizadas tendo por base os pressupostos e dados de mercado conhecidos, não sendo possível prever os efeitos futuros que possam advir da evolução da pandemia. Para gestão dos imóveis, e tendo presente a informação disponível, os efeitos da pandemia não são suscetíveis de induzir a alterações significativas no valor do património imobiliário gerido, considerando suficiente a frequência de avaliação de ativos imobiliários, estabelecida na legislação aplicável aos Fundos de Pensões.

O Conselho de Administração continuará a acompanhar a evolução da situação económica mundial e os seus efeitos nos mercados de capitais e imobiliário, considerando que as atuais circunstâncias excecionais decorrentes da pandemia não colocam em causa a continuidade das operações da Sociedade e dos Fundos por si geridos.



13. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 61.055.927 euros e um total de capital próprio de 38.356.353 euros, incluindo um resultado líquido de 12.495.259 euros), a Demonstração do Resultado e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras, com referência a 31 de dezembro de 2021, dos 25 fundos de investimento mobiliários e dos 9 fundos de investimento imobiliários sob gestão da Entidade foram examinados por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a qual emitiu os respetivos relatórios de auditoria a 9 de fevereiro de 2022 e 17 de fevereiro de 2022, respetivamente. Conforme divulgado na Nota 20 do anexo às demonstrações financeiras, os Relatórios de Auditoria dos Fundos denominados Fundo Caixa-gest Private Equity - Fundo de Investimento Alternativo em Valores Mobiliários e Fundo de Investimento Alternativo em Valores Mobiliários Caixa-gest Infraestruturas, incluem uma reserva por limitação de âmbito relativos à indisponibilidade de informação financeira auditada para suporte à valorização de alguns investimentos.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se e concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa 3 de março de 2022

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes**

Pinto

Num. de Identificação: BI08539023

Data: 2022.03.03 10:39:06 GMT Standard Time



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto - ROC n.º 1230
Registada na CMVM com o n.º 20160841

Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.

Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas

Exercício de 2021

Em cumprimento do disposto na alínea g) do nº1 do artigo 420º e do artigo 452º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, compete ao Conselho Fiscal emitir o relatório anual sobre a ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras da Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. ("Caixa Gestão de Ativos") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

No âmbito das competências de fiscalização atribuídas ao Conselho Fiscal pela Lei e Estatutos, e tendo em consideração o modelo de governação seguido pela Caixa Gestão de Ativos, o Conselho Fiscal procedeu ao acompanhamento da gestão e dos resultados da Caixa Gestão de Ativos, destacando-se relativamente ao exercício de 2021:

- a) A participação na reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2022 onde foi apresentado e aprovado o Relatório e Contas de 2021;
- b) A promoção e realização de reuniões com a equipa da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pelos trabalhos de auditoria, e com os responsáveis da Caixa Gestão de Ativos, nomeadamente, a Administradora Executiva, Dra. Paula Geada, a Contabilista Certificada, a responsável pela Direção de Supervisão e Compliance e com a responsável pela Função de Auditoria Interna;
- c) A análise do Relatório e Contas de 2021, da Certificação Legal de Contas de 2021 e do Relatório do Governo Societário de 2021, sobre o qual emitimos parecer em 31 de janeiro de 2022;
- d) A análise dos Relatórios de Auditoria dos fundos de investimento mobiliário e imobiliário emitidos pelo auditor externo em 9 de fevereiro de 2022 e 16 de fevereiro de 2022;
- e) A consulta de diversa documentação, legislação e regulamentos.

Durante o exercício de 2021, o Conselho Fiscal efetuou 7 reuniões, tendo os seus membros efetivos estado presentes em todas elas. De todas as reuniões foram elaboradas as respetivas atas. Dos trabalhos realizados destacam-se os seguintes:

- a) Emissão, em 1 de março de 2021, do parecer sobre o relatório do governo societário de 2020;
- b) Emissão, em 15 de março de 2021, do parecer sobre o relatório e contas do exercício de 2020;
- c) Emissão, em 30 de junho de 2021, do relatório de autoavaliação sobre a adequação e eficácia dos sistemas de governo e controlo interno de 2020.

Análise do Relatório do Governo Societário 2021

O Conselho Fiscal analisou o Relatório do Governo Societário elaborado pelo Conselho de Administração da Caixa Gestão de Ativos, sendo de destacar o cumprimento das práticas de bom governo por parte da Caixa Gestão de Ativos e uma efetiva segregação das funções de administração e fiscalização, desde a data de nomeação dos novos órgãos sociais.



Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do bom grau de cumprimento de todas as orientações legais, conforme destacado pelo Conselho de Administração no seu Relatório do Governo Societário.

Análise do Relatório e Contas 2021

A Caixa Gestão de Ativos apresentou resultados positivos de 12.495.259 €, sendo de destacar o seguinte quanto à evolução da atividade durante o exercício de 2021:

- a) No final do ano, a carteira de fundos imobiliários geridos pela Caixa Gestão de Ativos encontrava-se avaliada em 892 milhões de euros, menos 5.4% do que no ano anterior, incluindo o fundo imobiliário aberto Fundimo e oito fundos fechados de subscrição particular, registando-se uma diminuição do número de fundos sob gestão devido à liquidação dos fundos fechados de duração limitada: Imomar, Imorochoa e Porto D'Ouro;
- b) Os rendimentos de taxas e comissões da Caixa Gestão de Ativos aumentaram 5,9 M€ decorrente essencialmente do aumento em volume dos Fundos Multiativos e Fundos de Ações e pela existência de Comissões de Performance na Caixa Obrigações Mais, Private Equity e Infraestruturas;
- c) Os custos de estrutura, que incluem gastos com o pessoal, gastos administrativos e depreciações e amortizações, diminuíram 0.94% para 11,5 milhões de euros, devido essencialmente à diminuição das amortizações do exercício;
- d) O total do Ativo aumentou 8,03M € face a 31 de dezembro de 2020, em resultado, sobretudo, do aumento na rubrica de Disponibilidades em OIC (+7,3M€), da rubrica de outros ativos (+0,6 M€) e Ativos por impostos diferidos (+0,23 M€). Em sentido inverso destaca-se a redução dos outros Ativos tangíveis em (-0,1 M€);
- e) O total do capital próprio aumentou 0,525 milhões de euros por conta da distribuição dos resultados do ano de 2020 no valor de 11.915.000 euros dos quais 8.513.240 euros relativos ao exercício de 2020 e 3.401.760 euros de reservas livres;
- f) O total do Passivo aumentou aproximadamente 7,5 M€ por via do aumento dos passivos por impostos correntes (4,3 M€) e dos outros passivos (2,6 M€) e das provisões e outras obrigações de benefício definido em 0,5 M€.

O Conselho Fiscal entende que as Demonstrações Financeiras da Caixa Gestão de Ativos satisfazem as normas legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos e da atividade desenvolvida, representando de forma adequada a situação económica e financeira.

PARECER

Com base na informação obtida e no trabalho efetuado, e tendo presente os aspetos descritos acima, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- a) O Relatório do Conselho de Administração satisfaz os requisitos legais aplicáveis;
- b) As Demonstrações Financeiras do exercício de 2021 satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis, traduzindo uma imagem verdadeira e apropriada da situação patrimonial e dos resultados da Caixa Gestão de Ativos;
- c) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração no seu relatório não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.



Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.

pelo que recomendam a aprovação pelo acionista.

Por fim, o Conselho Fiscal expressa os seus agradecimentos ao Conselho de Administração, aos responsáveis e demais colaboradores das diferentes Direções da Caixa Gestão de Ativos e à equipa da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, por toda a colaboração prestada.

Lisboa, 7 de março de 2022

Assinado por: **JORGE FERNANDO REGATEIRO DE
JESUS CARVALHEIRO**
Num. de Identificação: 10825479
Data: 2022.03.08 09:11:43+00'00'

Jorge Fernando Regateiro de Jesus Carvalho

Presidente



Maria Manuel Seabra da Costa

Vogal



Vitor Manuel Sequeira Simões

Vogal